

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Manaus – Amazonas

2018

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor: Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor: Prof. Dr. Jacob Moysés Cohen

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. David Lopes Neto

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira

Pró-Reitor de Extensão: Prof. João Ricardo Bessa Freire

Pró-Reitor de Administração: Prof. Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: TAE Maria Vanusa do Socorro de Souza Firmo

Pró-Reitora de Planejamento: Profa. Dra. Kleomara Gomes Cerquinho

Pró-Reitora de Inovação Tecnológica: Prof. Waltair Vieira Machado

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Departamento de Apoio ao Ensino/DAE/PROEG

Diretora:

Raimunda Monteiro Sabóia

Pedagoga:

Rosana Alvarenga Canto

MEMBROS DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Prof. Dr. Tiago da Silva Jacaúna

Prof. Dr Fábio Magalhães Candotti

Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva

Profa. Dra. Fátima Weiss

Prof. Dr. Carlos Dias Machado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. Princípios norteadores da elaboração do projeto de curso.....	9
2. CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	9
2.1 DADOS DO CURSO.....	9
2.1.1 DIAGNÓSTICO DA ÁREA NO PAÍS E NO QUADRO GERAL DE CONHECIMENTOS.....	10
2.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	17
2.1.2.1 Formação de Pessoal e Mercado.....	17
2.1.2.2 Campos de Atuação Profissional.....	18
2.1.2.3 Regulamento e Registro da Profissão.....	21
2.1.2.4 Perfil do Egresso.....	22
2.1.2.5 Formas de acesso ao curso.....	24
2.1.2.6 Competências e Habilidades.....	26
2.1.2.7 Objetivos do curso.....	26
2.1.2.8 Regime acadêmico e prazo de integralização curricular.....	27
2.2 Matriz curricular	27
2.2.1 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	28
2.2.1.1 Formação Específica.....	29
2.2.1.2 Formação Complementar.....	30
2.2.1.3 Formação Livre – Optativas.....	31
2.2.1.4 QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS (PERIODIZAÇÃO).....	33
2.2.1.5 QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS OPTATIVAS	35
2.2.1.6 CONTEÚDOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS INTEGRADAS.....	36

2.2.1.7	QUADRO SINÓPTICO DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR	37
2.2.1.8	QUADRO GERAL DA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	37
2.2.1.9	QUADRO DE TRANSIÇÃO E DE EQUIVALÊNCIA	38
2.2.2	EMENTÁRIO	39
2.3	Organização Didático-Pedagógica	105
2.3.1	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E DA AVALIAÇÃO.....	105
2.3.2	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	105
2.3.2.1	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	106
2.3.2.2	RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	106
2.3.2.3	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	106
2.3.3	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	107
2.3.4	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SALA DE AULA	108
2.3.5	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	108
2.3.6	ATIVIDADES DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1099
2.3.7	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	111
2.3.8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	111
2.3.9	MODOS DA INTEGRALIZAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	112
2.3.10	SERVIÇOS DE APOIO AO DISCENTE.....	112
2.3.11	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	114
2.3.12	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO E DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE.....	118
2.4	Infraestrutura.....	120

2.4.1	ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL E USO DA ÁREA FÍSICA DO CAMPUS 120	
2.4.2	SALAS DE AULA.....	121
2.4.3	BIBLIOTECA.....	122
2.4.4	LABORATÓRIOS E NÚCLEOS DE PESQUISA.....	122
ANEXO A – ATOS DE CRIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.....		
		124
ANEXO B – BASE LEGAL DA MATRIZ CURRICULAR		
		126
ANEXO C – QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS.....		
		130
ANEXO D – QUADRO DE TRANSIÇÃO CURRICULAR		
		131
ANEXO E - NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
		132
ANEXO F - NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO- CULTURAIS – AACC		
		138
ANEXO G – ATAS.....		
		140

APRESENTAÇÃO

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas - UFAM obteve autorização do Ministério da Educação em agosto de 1987, embora tenha recebido sua primeira turma de alunos e alunas em 1988, portanto, no biênio 2017-18, comemora-se 30 anos de seu funcionamento. Fruto do processo de redemocratização pelo qual passava o país nestes tempos, o curso de ciências sociais da UFAM sempre esteve comprometido com a formação de mentes capazes de interpretar e atuar no mundo em transformação em contextos regionais, nacionais e internacionais, além do seu compromisso com o fortalecimento da cidadania.

Em 2018, ano em que se apresenta este Projeto Pedagógico de Curso - PPC, vislumbra-se a formação de um perfil não tão diferente do que se havia pensado na ocasião de criação deste curso, é inegável que as ciências sociais continuam urgente na tarefa de dar inteligibilidade a um mundo complexo e em constante transformação, atuar de maneira crítica nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos e desenvolver alunos e alunas com espírito cívico e cidadão. Todavia, busca-se conectar o corpo discente com as várias possibilidades de se fazer pesquisa em ciências sociais no século XXI, apresentando os debates e metodologias clássicas e contemporâneas da antropologia, ciência política e sociologia, objetivando formar pesquisadores e pesquisadoras capazes de atuar com várias demandas de pesquisa na área social em contextos regionais, nacionais e internacionais. Entende-se que o papel das ciências sociais não é unicamente compreender o mundo, mas, sobretudo, ter uma atitude para o saber, para a evidência, uma abordagem disciplinada que procura usar o método científico de averiguação da verdade.

A matriz curricular do curso de Ciências Sociais já passou por três alterações. A primeira delas se deu já no primeiro ano de seu funcionamento, em 1988, através da Resolução Nº 007/1988 – CEG/CONSEP que revogou a Resolução 027/1987. O curso passa exigir 172 [de 80] e 2580 [de 2700] horas aulas para a integralização do curso. Nas disciplinas complementares obrigatórias permaneceram os 31 créditos, reduzindo as horas 465 [de 495] horas aulas. As optativas permaneceram inalteradas: 28 créditos/420 horas. Em termos de legislação específica instituiu-se o

complemento em licenciatura acrescentando mais 22 créditos equivalendo 330 horas.

Quatro anos depois se realiza a segunda alteração na matriz curricular do curso. A Resolução Nº 18/1992 revoga a Resolução vigente de 1988 estabelecendo um total de 146 [de 172] créditos equivalentes a 2280 [2580] horas aula. Prescreve a referida resolução, em seu Artigo 4, que determinava ser necessário para a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais a elaboração de um Projeto de Pesquisa orientado por um docente do Departamento de Ciências Sociais na disciplina Seminário de Pesquisa = 150h. A partir de então, alunos e alunas desfrutaram da possibilidade de obter o bacharelado e, posteriormente, o complemento de habilitação em licenciatura, sem realizar novo vestibular, desde que cursassem além das disciplinas do bacharelado, as disciplinas de formação pedagógica, correspondendo a 390h.

A terceira e última reforma do Curso apenas foi acontecer dezoito anos depois e por força de uma exigência do Ministério da Educação - MEC. Em reunião extraordinária do colegiado do Curso, realizada em julho de 2010, o colegiado transformou duas disciplinas optativas em obrigatórias, Política Brasileira e Organização Social e Parentesco, e acrescentou ao currículo 90h em atividades complementares.

Em janeiro de 2011, uma nova exigência foi imposta, resultando em mais uma alteração no Curso. Dessa vez, partindo da PROEG, que, em parecer encaminhado à coordenação do Curso, vetou a abertura de processo seletivo simplificado para complemento de habilitação em Licenciatura. De modo paradoxal, a Universidade interditou o processo de formação de professores de sociologia no exato momento em que esta disciplina se tornou obrigatória no ensino médio. A referida Pró-reitoria, no entanto, indicou a possibilidade de criação de um curso de licenciatura em Ciências Sociais, matéria que logo deverá ser objeto de proposição por esta comissão.

Nota-se que a última reforma substancial realizada pelo colegiado do curso de Ciências Sociais data do ano de 1992, a reforma que aconteceu em 2010 se deu em razão de imposição da legislação da época. Dessa forma, o PPC apresentado neste documento é a primeira reforma substancial do curso de Ciências Sociais após 25

anos, sendo resultado de intensas e inúmeras discussões que se estabeleceram no interior do seu colegiado.

Este PPC é orientado por duas dimensões chaves. Por um lado, a necessidade de adequar seus conteúdos didáticos às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Ciências Sociais e, por outro, de aprimorar e atualizar os conteúdos teóricos e práticos das disciplinas que compõe o curso de Ciências Sociais. Assim, o documento procura incorporar um conjunto de sugestões e demandas do corpo docente e discente, debatidos ao longo do processo de construção deste PPC e atualizar os seus conteúdos às demandas recentes das ciências sociais.

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas – UFAM orientará sua ação pedagógica e administrativa através deste Projeto, documento construído coletivamente e politicamente comprometido com as bases legais que orientam os cursos de ciências sociais nacionalmente.

As bases legais deste Projeto Pedagógico estão orientadas pela Resolução CNE/CES nº. 17/2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os Cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia e dispõe sobre:

- Orientações para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- Conteúdo do Projeto Pedagógico do Curso;
- Carga horária do Curso, remetendo à Resolução própria do Bacharelado, qual seja, Resolução CNE/CES nº. 2/2007.

Além destes, as diretrizes pedagógicas e científicas do curso estão em conformidade com o Estatuto da Universidade, Título III, Do Regime Didático-Científico, que conserva o papel do ensino, da pesquisa e da extensão como elementos propulsores dos Cursos oferecidos pela UFAM.

2. CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

2.1 DADOS DO CURSO

- a) **Titulação:** Bacharel (a) em Ciências Sociais
- b) **Modalidades:** Bacharelado, regido pelas Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002.
- c) **Número de vagas oferecidas pelo curso:** 56 vagas, sendo 28 através do Processo Seletivo Contínuo – PSC e 28 através do Sistema de Seleção Unificada – SISU.

- d) **Turno:** Matutino
- e) **Local de funcionamento:** Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Setor Norte, Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Cep: 69077-000
- f) **Reconhecimento:** Criado através da Resolução Nº 012/87 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFAM, homologado pela Resolução Nº 021/87 do Conselho Universitário da UFAM. Reconhecido através da Portaria 161 de 23/02/1996 do Ministério da Educação. Última Renovação de Reconhecimento do Curso foi através da Portaria 286 de 21/12/2012 do Ministério da Educação.
- g) **Acessibilidade:** Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida de acordo com o Dec. 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004.

2.1.1 *DIAGNÓSTICO DA ÁREA NO PAÍS E NO QUADRO GERAL DE CONHECIMENTOS*

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criado no segundo semestre de 1987 por meio de resolução específica do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), e iniciou suas atividades em março de 1988 quando do ingresso da primeira turma. Em função da extinção do antigo curso de Licenciatura em Estudos Sociais em 1986 e, principalmente, dada a necessidade de formação de um profissional na área de ciências sociais dotado de capacidade crítica para refletir acerca da nova realidade regional amazônica gerada a partir dos grandes projetos desenvolvimentistas de integração nacional implementados no pós-1964, o conjunto de professores do Departamento de Ciências Sociais empenhou-se desde 1983 na formulação de uma proposta de curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Assim, o curso, em linhas gerais, seria destinado a formar profissionais enredados na multidisciplinaridade própria das ciências sociais e habilitados a ocupar postos de trabalho tanto no setor público quanto no setor privado, investidos

da competência profissional própria da área e já assegurada institucionalmente no âmbito da tradição intelectual brasileira. Projetado de início para ser, simultaneamente, bacharelado e licenciatura, com especializações nas áreas de Sociologia ou Antropologia, o que de fato foi possível aprovar naquele momento, ao fim e ao cabo, foi o bacharelado com enfoque prioritário nas três áreas constitutivas das ciências sociais, quais sejam: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. O perfil do profissional então delineado naquele projeto de criação do curso foi o cientista social como pesquisador, como docente e como planejador, o que, a princípio, deveria abarcar um leque bastante amplo para uma atuação profissional frente a uma realidade a demandar novas visadas analíticas.

Embora o Departamento de Ciências Sociais já viesse atendendo uma diversidade de disciplinas requeridas por variados cursos de graduação de diferentes áreas na UFAM, fato este a revelar as múltiplas interfaces da área de ciências sociais, a nova dinâmica política, econômica e cultural implementada no país e na região naqueles anos 1980 já indicava a viabilidade para a formação de profissionais dotados de uma visão mais totalizadora e integradora dos distintos aspectos dos problemas então emergentes: os efeitos decorrentes do modelo Zona Franca no processo de urbanização da região, os impactos ambientais ocasionados pelos grandes projetos de infraestrutura econômica, a problemática étnica atinente aos variados povos indígenas, a precarização da vida das comunidades ribeirinhas, etc. A peculiaridade da formação em ciências sociais, dessa forma, era entrevista como distintiva quando comparada a outras profissões existentes precisamente em função desse ponto de vista necessariamente abrangente, a despeito das suas especialidades internas. Ou seja, seguindo a tradição das ciências sociais no Brasil, o projeto de criação do curso de Ciências Sociais da UFAM em finais dos anos 1980 cumpria o roteiro já traçado em outros centros culturais do país de investir na formação generalista do profissional em ciências sociais, com forte realce para o aspecto teórico e intelectual da formação. É evidente que tal viés de formação não pode ser apartado de uma tradição intelectual específica do Brasil e das estratégias delineadas por determinados setores da sociedade interessados em converter em ganho simbólico eventuais perdas no plano político.

Embora a justificativa para a criação de um curso de Ciências Sociais na UFAM estivesse ancorada na necessidade de prover a sociedade local de

profissionais devidamente legitimados e capacitados para interpretar e diagnosticar a realidade regional amazônica configurada no pós-1964, não se deve negligenciar o processo de retomada que já vinha ocorrendo em outras universidades do país em relação aos cursos de ciências sociais. O contexto político vivenciado nos anos 1980 de retomada da democracia no plano político em muito favoreceu uma retomada da perspectiva própria das ciências sociais. Nesse sentido, e mesmo considerando-se a criação do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em meados dos anos 1930 como referência obrigatória para uma compreensão da formação das ciências sociais no Brasil, vale lembrar que, antes e depois desse fato, já havia uma tradição sociológica com um forte viés ensaístico no país e então disseminada em diferentes regiões, inclusive na Amazônia. Ressalte-se, por seu turno, que tal tradição ensaística das ciências sociais associava-se diretamente ao processo de especialização e de redirecionamento do próprio trabalho intelectual a acompanhar os desdobramentos políticos do país. Setores sociais em declínio ou em ascensão buscavam redefinir estratégias para uma atuação no aparato estatal com fins explícita ou implicitamente políticos, diferentemente do que se configurou na Universidade de São Paulo ao inaugurar certo padrão do trabalho intelectual com viés mais acadêmico e científico das ciências sociais. Apesar das intenções expressamente políticas por parte da elite paulista de retomar o controle político do país a partir de uma hegemonia cultural, e daí a criação da Universidade de São Paulo, houve uma convergência de fatores que propiciou à área de ciências sociais daquela instituição implementar e consolidar uma formação acadêmica peculiar, garantindo relativa autonomia intelectual até então impensável e que viria a se tornar o modelo de excelência acadêmica da área; tal fato, por sua vez, não pode menosprezar a importância da estreita relação existente entre a emergência de diferentes versões das ciências sociais em contextos regionais distintos, e não só nas universidades. Um importante leque de instituições e organizações amparadas pelo poder público ou de caráter privado estavam enredadas por interesses de grupos sociais específicos. Na medida em que o aparato estatal e a sociedade como um todo se dinamizava em suas variadas facetas, as carreiras intelectuais acompanhavam esse processo de especialização ao definirem novas áreas de interesse, inaugurando, em decorrência, modalidades inéditas do trabalho intelectual, aí incluídas as ciências sociais. Mesmo ao longo dos anos 1940 até os

anos 1960, tais tradições sociológicas regionais continuaram a existir e persistiram na medida em que estavam incorporadas não só em autores emblemáticos e representativos de uma dada tradição de pensamento, mas também em instituições e círculos de intelectuais afeitos a vocalizar as demandas políticas dos setores oligárquicos. Nesse sentido, a história intelectual relativa à Amazônia deve ser considerada quando das atribuições de competências de um profissional da área de ciências sociais ao debruçar-se sobre variados problemas regionais articulados com seus aspectos nacionais e internacionais. A necessária independência intelectual de um profissional da área de ciências sociais, por sua vez, está diretamente vinculada ao grau de autonomia que o campo científico das ciências sociais pode propiciar aos seus praticantes e pleiteantes; daí advém a importância de uma formação intelectual e teórica sólida nos cursos de bacharelado ou licenciatura de ciência sociais.

Já em 1990, no entanto, a Coordenação do curso de Ciências Sociais iniciou um debate e uma discussão acerca da implementação da licenciatura. Uma demanda advinda não só dos alunos então matriculados no bacharelado, mas também em função das discussões e pressões por parte de diferentes associações nacionais de cientistas sociais quanto ao retorno da Sociologia ao ensino médio. Tais debates, por seu turno, fez com que uma série de reflexões fossem empreendidas acerca do mercado de trabalho para um cientista social na região amazônica, desfazendo uma visão estreita e um tanto quanto viciada aferrada em vincular a formação de cientista social com a docência. Vale destacar aqui o seminário “Cientistas Sociais em Manaus: quem são e o que fazem”, então realizado em outubro de 1992 que reuniu alguns profissionais da área de ciências sociais atuantes em Manaus em diferentes postos de trabalho, desde a universidade até cargos de assessoria a organizações não governamentais e cargos estatais. Como conclusão daquele seminário, a despeito da deliberação de se criar algum tipo de associação profissional local para exercer um papel político-sindical em prol de direitos corporativos dos cientistas sociais, prevaleceu a perspectiva de que o mercado de trabalho para um profissional das ciências sociais jamais pode ser previamente esquadrihado e definitivamente estabelecido, dada a própria dinâmica do mercado de trabalho e a peculiaridade da formação do cientista social.

Em 1992, por meio da resolução do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFAM, o currículo pleno do curso de Ciências Sociais foi reformulado, indicando não

só uma revisão das disciplinas obrigatórias a cada período letivo, mas também apontando para a possibilidade de o discente realizar uma Complementação de Habilitação em Licenciatura. Quanto ao novo currículo aprovado, vale destacar a extinção do ciclo básico constituído por disciplinas comuns aos diferentes cursos de graduação da área de humanidades. As três áreas centrais das ciências sociais continuaram a constituir o eixo de formação do curso, a despeito de certo desequilíbrio, naquele momento, ocasionado pela maior presença no Departamento de Ciências Sociais de professores atrelados à área de sociologia e menos na área de antropologia, além de muito poucos na área de ciência política. No decorrer dos anos 1990, por seu turno, e em atendimento às demandas do próprio Departamento de Ciências Sociais, novos professores foram contratados não só para suprir a ausência de antigos professores já aposentados, mas também como ampliação necessária para assegurar o funcionamento do curso de Ciências Sociais. Nesse bojo de novos professores, a área de Antropologia obteve um crescimento necessário, embora tímido.

Ainda nos anos 1990, o Departamento de Ciências Sociais empenhou-se na qualificação de seu corpo docente por meio de uma programação de qualificação continuada. Nesse sentido, se nos anos iniciais de funcionamento do curso de Ciências Sociais ainda não havia mestres e doutores atuando diretamente, nos anos derradeiros da década de 1990 havia um número substancial de mestre e doutores, inclusive com alguns docentes já afastados para obter tal qualificação. A partir desse volume substancial de docentes qualificados, e tendo em vista um aprimoramento do próprio curso de bacharelado em Ciências Sociais, aventou-se desde então a criação de um Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, programa este que previa duas áreas de concentração: Sociologia e Antropologia. Dadas as exigências firmadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tal objetivo de criação de um programa de pós-graduação não pôde se concretizar naquele momento.

Em função do processo de expansão das universidades públicas iniciado em 2003, foi criado em 2006 o Departamento de Antropologia, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e, consecutivamente, um Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) atrelado ao Museu Amazônico da UFAM. Tais novidades tiveram um impacto positivo no curso de Ciências Sociais na

medida em que a área de Antropologia, um dos eixos constitutivos para a formação do cientista social, ganhou maior fôlego e robustez. De imediato, por exemplo, o número de projetos de iniciação científica da área de Antropologia cresceu de maneira vertiginosa, beneficiando diretamente a formação dos discentes do curso. Em 2007, por sua vez, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Vale salientar que, em um primeiro momento, o curso de Ciências Sociais foi diretamente beneficiado quando da criação de ambos os programas de pós-graduação, não só em função da melhor qualificação do conjunto de docentes dos Departamentos de Ciências Sociais e Antropologia, mas também em função de um desdobramento possível na formação dos discentes após o bacharelado, alargando os horizontes de especialização e de conquistas de postos de trabalho. Tais benefícios se concretizaram em 2008, quando da realização da segunda avaliação dos cursos de graduação promovida pelo INEP por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Nesse contexto dos anos 2000, quando da expansão das universidades e do número de discentes nos variados cursos, o volume de ingressantes no bacharelado em Ciências Sociais da UFAM também aumentou. Dos 40 (quarenta) ingressantes a cada ano desde 1988, mais 16 (dezesesseis) foram acrescentados desde 2003. Tal mudança estrutural pela qual vinha passando as universidades, particularmente a UFAM, fez com que o Colegiado do Curso de Ciências Sociais se visse obrigado a rever o modo de composição da sua instância máxima de deliberação. A antiga composição do Colegiado do curso ainda se escorava no modelo vigente no período do ciclo básico para a área de humanidades, qual seja, o Coordenador e os respectivos representantes dos diferentes Departamentos Acadêmicos que ofertam disciplinas para o curso. A nova composição, por sua vez, conferiu maior peso para os Departamentos mais diretamente envolvidos na formação em ciências sociais, o Departamento de Ciências Sociais e o Departamento de Antropologia. Os demais Departamentos Acadêmicos que ofertam disciplinas para o curso continuaram com suas respectivas representações, quais sejam: Departamento de Filosofia, Departamento de História, Departamento de Geografia, Departamento de Economia e Análise e Departamento de Estatística.

Em 2010, no entanto, em função de deliberação do Conselho Nacional de Educação, uma deliberação formalizada ainda em 2002, os cursos de licenciatura

tiveram a sua carga horária redimensionada, inviabilizando o que até então vinha ocorrendo no curso de bacharelado em Ciências Sociais da UFAM. Como já dito, conforme as modificações ocorridas em 1992, o discente que então concluía o bacharelado poderia solicitar, se assim o desejasse, Complemento de Habilitação em Licenciatura, cursando as disciplinas próprias da área de pedagogia. A partir de 2010, porém, a licenciatura em Ciências Sociais só poderá ser realizada como um outro curso específico, desvinculado do bacharelado. Desde então recrudescer entre discentes e docentes a controversa e sempre repisada questão do mercado de trabalho para o cientista social.

Vale lembrar, nesse sentido, que o debate acerca do mercado de trabalho para os cientistas sociais deve ser abordado por outro prisma diretamente relacionado com a nova dinâmica vivenciada pela realidade do país. Dessa forma, ressurgiu nos anos 2010 o tema relativo à própria tradição das ciências sociais no Brasil, invariavelmente reconhecida como ensaística e destinada a formar intelectuais generalistas aferrados a métodos qualitativos, negligenciando-se, assim, aspectos necessários para um pesquisador manejar instrumentos e ferramentas próprios dos métodos quantitativos e cruciais para diagnosticar e interpretar a nova realidade social então configurada nos últimos. No caso do curso de Ciências Sociais da UFAM, ressalte-se, as disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa associam-se diretamente às disciplinas teóricas das três áreas, embora os aspectos quantitativos sejam abordados de maneira lateral, ganhando um peso menor na formação do discente. O perfil de formação dos docentes ao longo das décadas anteriores em muito contribuiu para esse quadro. Tal modelo então adotado, por sua vez, em nada difere do conjunto de cursos de ciências sociais existentes em outras universidades do país. No entanto, como salientado, já ocorrem movimentos para um redimensionamento do papel a ser atribuído aos métodos quantitativos para a formação do profissional da área, a despeito das acusações e receios de se reproduzir no Brasil o que ocorreu na sociologia norte-americana nos anos 1960.

A valorização desmedida dos métodos quantitativos tem gerado uma discussão acerca das capacidades que um cientista social deve ter para atuar em um mercado de trabalho dinâmico e destinado a se reconfigurar permanentemente. Se, de um lado, a instrumentalização do discente por meio de ferramentas estatísticas pode alargar um campo de atuação em um mercado de trabalho

demandante, por outro lado, tal capacitação pode mergulhar o cientista social nas águas escuras do “profissionalismo”, ou seja, dotar o formando de uma visão estreita acerca de uma realidade marcada por certa complexidade a exigir uma visão mais totalizadora. Se, de um lado, os postos de trabalho atrelados à pesquisa de mercado ou à pesquisa de opinião pública, por exemplo, podem se abrir para a atuação de um cientista social em função de um domínio de tais instrumentos quantitativos, de outro lado, há os riscos inerentes a essa apreensão estatística da realidade, limitando ou prejudicando o exercício intelectual próprio ao cientista social.

No entanto, uma formação ampla nas ciências sociais remete à possibilidade de abordar problemas científicos com métodos variados, nessa perspectiva, métodos quantitativos e qualitativos não se mostram antagônicos, mas estilos diferentes de pesquisa que convergem aos mesmos objetivos científicos: revelar uma realidade invisível ao olho nu. Além disso, testemunhamos uma sociedade amplamente baseada em tecnologias da informação e grandes bancos de dados informacionais que se colocam como desafio para a interpretação das ciências sociais, uma formação que permite a manipulação de múltiplos métodos mostra-se como urgente no mundo contemporâneo.

Um maior incremento quanto aos métodos quantitativos deve ser visado no âmbito do curso de Ciências Sociais da UFAM, mas sem que tal fato implique em prejuízo da própria tradição das ciências sociais no Brasil. Uma paulatina alteração do perfil do corpo docente dos diferentes Departamentos Acadêmicos implicados diretamente na constituição do curso de Ciências Sociais poderá, no médio e longo prazo, promover os necessários acertos e adequações quanto aos enfoques qualitativos e quantitativos.

2.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1.2.1 *Formação de Pessoal e Mercado*

A formação do cientista social da Universidade Federal do Amazonas possibilita a aquisição de um vasto conteúdo teórico e prático para a atuação em diversas esferas do setor público, privado e terceiro setor.

O mercado de trabalho do cientista social, embora não conte com um campo delimitado, tem se mostrado diverso nos três setores mencionados. Existe uma

tendência, desde a década de 1990, para a atuação do cientista social nas organizações não governamentais da sociedade civil, o trabalho na administração pública e a carreira acadêmica, esta última ampliada com a aquisição de títulos de pós-graduação.

Outro processo importante é a ampliação dos campos de atuação para “áreas reservadas”, ou seja, aquela destinada especificamente para o egresso do curso de ciências sociais. Ademais, a atuação do cientista social está em franca expansão no setor privado, além das atividades de ensino na docência de nível superior em disciplinas das Ciências Sociais, amplia-se o campo para as atividades de pesquisa social desenvolvida por agências, como inventários culturais, relatórios de impactos ambientais, perícias antropológicas, levantamento e análises socioeconômicas, entre outras, a pesquisa de opinião e de mercado nos seus diversos níveis (planejamento, treinamento e execução).

No que se refere à atuação do cientista social na Amazônia, percebe-se a ampliação da sua importância diante da posição estratégica da região na geopolítica internacional, as várias agências governamentais e não governamentais que atuam na região, a diversidade cultural e ambiental e as várias possibilidades de intervenção no campo da pesquisa científica. Assim, a Amazônia torna-se um laboratório vivo para a atuação no campo das ciências sociais.

Diante disso, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFAM compromete-se em formar profissionais aptos para ocupar os variados campos de atuação do cientista social, principalmente aqueles concentrados na região amazônica.

2.1.2.2 *Campos de Atuação Profissional*

Os campos de atuação e as competências dos cientistas sociais podem ser verificadas na Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências:

Art. 2º É da competência do Sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos,

trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social.

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos socioeconômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços.

Art. 4º As atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do trabalho, em regime do Estatuto dos Funcionários Públicos, ou como atividade autônoma.

Art. 5º Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham Sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de Sociólogo a pessoas não habilitadas.

Além da profissão de sociólogo regulamentada, cabe os cientistas sociais atuarem em diversas outras atividades antropológicas devidamente “reconhecidas” no poder público (analista pericial em antropologia, analista em reforma e desenvolvimento agrário, analista ambiental, indigenista especializado, agente em indigenismo), ou por meio de contratos formais com órgãos públicos e privados. Conforme a Lei 13.123/2015 – que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético,

sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Em seu Art.8, parágrafo 3, fala-se:

São formas de reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados, entre outras:

1. Publicações científicas
2. Registros em cadastros o banco de dados, ou
3. Inventários culturais.

As instituições nacionais interessadas e acessar o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético existente no território nacional devem seguir as diretrizes que orientam o processo, estabelecidas pela Medida Provisória n.2.186-16, de 2001:

Art.4 O requerente deverá apresentar ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético laudo antropológico independente, relativo ao acompanhamento do processo de anuência prévia.

Art. 5 O Termo de Anuência Prévia, devidamente firmado pela comunidade, respeitando as suas formas de organização social e de representação política tradicional, deverá ser apresentado ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, juntamente com o laudo antropológico independente a que se refere o art. 4 da Resolução.

Outro campo de atuação do egresso do Curso de Ciências Sociais é aquele que corresponde às intervenções da ciência política. O campo de atuação do profissional que se dedica aos estudos de ciência política tem a ver com as relações de poder que envolvem, ou não, o Estado. Tomando por base esse parâmetro, observa-se o quanto é abrangente.

O cientista político pode estudar o Estado, a criação do Estado, os poderes de Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário -, os regimes políticos, as formas de governo, a relação do Estado com a sociedade civil, os mecanismos de mediação

dessa relação – partidos políticos, movimentos sociais, etc. -, a representação política, a participação política, os regimes eleitorais, as políticas públicas, as relações entre as nações, as organizações internacionais, os direitos dos indivíduos, o multiculturalismo, as relações de gênero, o reconhecimento, as questões relativas ao meio ambiente, e assim por diante.

2.1.2.3 *Regulamento e Registro da Profissão*

Aos estudantes formados no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais é concedida a profissão de Sociólogo conforme a Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências:

Art. 1º O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos.
- e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas **a**, **b**, **c** e **d**, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei.

Quanto ao registro da profissão a Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, explica:

Art. 6º O exercício da profissão de Sociólogo requer prévio registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas **a**, **b**, **c** e **d** do art.1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma da alínea e do art. 1º;

II - carteira profissional.

Parágrafo único. Para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta Lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

No que diz respeito às atribuições técnicas antropológicas passivas aos estudantes formados no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, cabe destacar às regulamentações da Lei 13.123/2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Sabe-se que a referida Lei ampara-se na Convenção da Biodiversidade, documento internacional assinado por mais de 190 países.

Na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego a atuação dos cientistas sociais está registrada na família ocupacional 2511 – Profissionais em pesquisa e análise antropológica sociológica. As ocupações específicas de cada cientista social estão registradas da seguinte forma:

- 2511-05 – Antropólogo
- 2511-15 – Cientista Político
- 2511-20 – Sociólogo.

2.1.2.4 Perfil do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002,

entende-se que o curso de Ciências se orienta por uma formação teórico-metodológica sólida nos três eixos que forma a identidade do curso: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Os egressos do curso são preparados para articular os ensinamentos destes campos do conhecimento nas atividades de pesquisa e intervenção social. Cabe ao cientista social elaborar, executar e orientar projetos de pesquisa teóricos e/ou empíricos para produzir dados e descrições inéditas, aperfeiçoar e criar conceitos e modelos teóricos e metodológicos, construir interpretações críticas e inovadoras da vida social humana; analisar, propor e participar de processos que desencadeiem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades e instituições sociais e políticas, pública e privadas, incluindo atividades relacionadas ao planejamento, construção e avaliação de políticas públicas, pesquisas de opinião, e ações de pesquisa e gestão no terceiro setor e em empresas privadas.

O cientista social formado na Universidade Federal do Amazonas possui uma formação ampla e diversificada, capaz de manejar métodos qualitativos e quantitativos, além de compreender e atuar em pesquisas e intervenções sociais no contexto social, político e econômico que permeiam a Amazônia e a Pan-Amazônia.

Em consonância com o Parecer CNE/CES nº. 492 de 2001, que orienta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais e seguido por este Projeto Pedagógico, têm-se:

Perfil do Bacharel em Ciências Sociais da UFAM:

- Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica. O curso oferece um leque de disciplinas que visam garantir ao futuro profissional amplo instrumental para desenvolver pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, além de fornecer oportunidade de desenvolver, ao longo do curso, atividades permanentes de pesquisa, colocando-o em contato com a realidade social que será o objeto de seu trabalho profissional.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Diferentes formas de organização social presentes na sociedade brasileira, desde os anos 90, e a apropriação da responsabilidade social por empresas privadas

ampliaram o campo de trabalho para o cientista social, além do já existente nos organismos públicos. A especificidade do curso de Ciências Sociais da UFAM de estar inserido na região amazônica e de estabelecer contato com diversos organismos governamentais, não-governamentais e movimentos sociais que atuam em causas ambientais, indígenas, quilombolas, gênero etc., criará a possibilidade de o egresso intervir nestas e em outras áreas sociais, problematizando, discutindo e fornecendo soluções e propostas para os problemas da Amazônia e da sociedade brasileira em geral (ou de outros contextos similares).

2.1.2.5 *Formas de acesso ao curso*

a) ENEM - Sistema de Seleção Unificada

É o critério de seleção para o preenchimento de 50% (cinquenta por cento) das vagas nos cursos de graduação. Os demais 50% das vagas são disponibilizadas para o Processo Seletivo Contínuo - PSC. As vagas a serem preenchidas por meio do ENEM/SISU obedecerão às condições dispostas em Edital, observados, ainda, os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

b) PSC - Processo Seletivo Contínuo

É a forma de ingresso estabelecido pela Universidade Federal do Amazonas, criado pela Resolução 18/98, do Conselho de Ensino e Pesquisa (Consep), com alterações feitas pela Resolução 014/00. A seleção é feita em uma avaliação seriada e contínua nas três séries do ensino médio. 50% (Cinquenta por cento) das vagas dos cursos da UFAM são reservadas para o PSC, sem caráter adicional, que serão preenchidas pelos candidatos selecionados. Todos os alunos do ensino médio, matriculados em escolas credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação, podem se inscrever. Os que forem reprovados serão automaticamente excluídos do PSC, exceto os da 1ª série. As inscrições são renovadas a cada etapa.

c) PSE - Processo Seletivo Extramacro

É a forma de ingresso na Universidade Federal do Amazonas fora do Processo Seletivo Macro - PSM (antigo vestibular). O PSE será ofertado

dependendo da disponibilidade de vagas, o processo também será previsto através do calendário Acadêmico. Através do Processo Seletivo Extramacro é disponibilizado três modalidades de ingresso, são elas: **Reopção** - (Transferência de Curso Interno) é o processo de transferência do estudante da UFAM de um curso para outro, dentro da mesma área de conhecimento; **Portador de Diploma** - o portador de Diploma de Curso Superior poderá candidatar-se a outro curso da mesma área de estudos de sua graduação; **Transferência Facultativa** - A Transferência Facultativa é forma de Ingresso do estudante oriundo de outras Instituições de Ensino Superior, no decorrer do curso, desde que o Curso de origem esteja devidamente reconhecido e seja idêntico ou equivalente ao da UFAM e que o estudante haja concluído o mínimo de créditos/horas exigidos de acordo com o Edital.

d) Transferência *Ex-Officio* (Obrigatória)

É a Transferência definida na Lei nº 9.536, de 11/12/97 que regulamenta o Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20/12/96 (nova LDB), Portaria Ministerial nº 975/92, de 25/06/92 e resolução nº 12, de 02/07/94 do Conselho Federal de Educação. Esta modalidade transferência independe da existência da vaga e época atingindo o servidor público federal da administração direta ou indireta, autárquica, fundacional, ou membro das forças armadas, regidos pela lei nº 8.112, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência *Ex-Officio*. Esta transferência deverá implicar em mudança de residência para o município onde se situe a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.

e) Programa de Estudante Convênio - PEC/G

O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC/G) constitui uma atividade de cooperação prioritariamente, com países em desenvolvimento, na forma de recursos humanos, possibilitando aos cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, através das instituições de ensino superior, brasileiras, participantes do referido Programa. O programa de Estudantes Convênio

de Graduação (PEC-G) é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores por meio da Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica (DCE/DCT/MRE) e pelo Ministério da Educação por meio da Divisão de Assuntos Internacionais da Secretaria de Educação Superior (DAI/ SESU/MEC).

f) Aluno Cortesia

Matrícula Institucional de Cortesia consiste na admissão de estudantes estrangeiros que são funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº. 89785, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84. O aluno cortesia é dispensado do concurso vestibular e o diploma superior obtido no final do curso não lhe confere o direito de exercer a profissão no Brasil.

2.1.2.6 Competências e Habilidades

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, observando o Parecer nº. 492 de 2001 são:

a) Competências Gerais:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual;
- Capacidade analítica;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Compromisso social;
- Competência na utilização da informática.

2.1.2.7 Objetivos do curso

a) Geral

- Proporcionar aos alunos uma formação teórica e metodológica sólida nas áreas que compõem o campo científico das ciências sociais – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – e, ao mesmo tempo, habilitá-lo para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional.

b) Específicos

- Formar pesquisadores preocupados com as questões sociais, políticas e culturais que interferem na vida social dos sujeitos;
- Viabilizar a formação de profissionais aptos para atuação nos diversos níveis da estrutura estatal – nacional, estadual e municipal –, em Organizações Não-Governamentais, em empresas de consultoria, em Organizações Internacionais, em Institutos de Pesquisa, em empresas privadas, etc.
- Oferecer uma educação de qualidade que estimule a formação de cidadãos críticos, responsáveis, éticos, solidários e imbuídos de virtude cívica.

2.1.2.8 Regime acadêmico e prazo de integralização curricular

- Modalidade de ensino: presencial.
- Regime de matrícula: semestral, em forma de créditos.
- Tempo mínimo de integralização: 4 (quatro) anos.
- Tempo máximo de integralização: 6 (seis) anos.
- Carga horária: 2.400 horas.

2.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de bacharelado em Ciências Sociais considerou as Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002. Assim, segue a carga horária estabelecida na matriz do curso:

- Disciplinas específicas obrigatórias – 1.500 horas;
- Disciplinas complementares obrigatórias – 360 horas;
- Trabalhos de Conclusão de Curso - 330 horas;
- Disciplinas Livres (optativas) – 360 horas;
- Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – 180 horas.

Dessa forma busca-se fornecer o necessário para uma formação sólida nas três áreas que compõe o campo científico das ciências sociais, permitindo que os e as estudantes possam obter conhecimento que lhes permitam atuar na sociedade nas diversas possibilidades auferidas pelas ciências sociais e continuar atuando em níveis superiores de formação.

2.2.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

Divide-se a matriz curricular em três eixos: formação específica, formação complementar e formação livre. Os eixos procuram fornecer conhecimentos teórico-metodológicos em disciplinas específicas e afins às áreas epistemológicas das Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciências Política e Sociologia.

O eixo de formação específica priorizou o equilíbrio das disciplinas nas três áreas que compõe as Ciências Sociais, esta iniciativa aparece como avanço quando comparada a matriz que vigorava, uma vez que a quantidade de créditos e horas eram desequilibradas entre as áreas. Além das disciplinas de cunho mais teórico, no eixo de formação específica acrescentamos disciplinas de caráter metodológico que procuram dar uma formação sólida no campo da pesquisa científica e na produção de novos conhecimentos. Com isso, entendemos que o curso não apenas repassa o conhecimento científico produzido nas ciências sociais, mas procura criar o ambiente de produção de novos conhecimentos, ideias e agendas de pesquisa.

O eixo de formação complementar elenca um conjunto de disciplinas que possuem afinidades epistemológicas com as áreas das ciências sociais, busca-se fornecer elementos que circundam a formação do cientista social e que são essenciais para compreensão dos conteúdos específicos.

O eixo de formação livre foi pensado para que o estudante possa escolher disciplinas com maior afinidade à sua área de interesse. Embora se forneça um conjunto de disciplinas das subáreas das ciências sociais, a carga horária destinada a este eixo pode ser cursada em qualquer outro curso da universidade. Esta estratégia foi pensada para que o aluno e a aluna sejam corresponsáveis na formação e se diversifique as possibilidades de conhecimento.

2.2.1.1 Formação Específica

Res. 17/2002 CNE/CES, de 13 de março de 2002.	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO – UFAM		
I. Núcleo de Conteúdo Específico	Disciplinas	CR	CH
ANTROPOLOGIA	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	4.4.0	60
	TEORIA ANTROPOLÓGICA I	4.4.0	60
	TEORIA ANTROPOLÓGICA II	4.4.0	60
	TEORIA ANTROPOLÓGICA III	4.4.0	60
	TEORIA ANTROPOLÓGICA IV	4.4.0	60
CIÊNCIA POLITICA	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLITICA	4.4.0	60
	POLÍTICA I	4.4.0	60
	POLÍTICA II	4.4.0	60
	POLÍTICA III	4.4.0	60
	POLÍTICA IV	4.4.0	60
SOCIOLOGIA	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	4.4.0	60
	TEORIA SOCIOLÓGICA I	4.4.0	60
	TEORIA SOCIOLÓGICA II	4.4.0	60
	TEORIA SOCIOLÓGICA III	4.4.0	60
	TEORIA SOCIOLÓGICA IV	4.4.0	60

2.2.1.1 *Formação Específica (cont.)*

Res. 17/2002 CNE/CES, de 13 de março de 2002.	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO – UFAM		
I. Núcleo de Conteúdo Específico	Disciplinas	CR	CH
METODOLOGIAS	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	4.4.0	60
	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	4.4.0	60
	LABORATÓRIO DE PESQUISA	6.2.4	150
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCCI	7.3.4	165
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC II	7.3.4	165
TOTAL		88	1500

2.2.1.2 *Formação Complementar*

Res. 17/2002 CNE/CES, de 13 de março de 2002.	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO – UFAM		
II. Núcleo de Conteúdo Complementar	Disciplinas	CR	CH
FILOSOFIA	FILOSOFIA DA CIÊNCIA	4.4.0	60
ECONOMIA	ECONOMIA POLÍTICA	4.4.0	60
ESTATÍSTICA	ESTATÍSTICA APLICADA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	4.4.0	60
GEOGRAFIA	GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	4.4.0	60
HISTORIA	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA	4.4.0	60
	HISTÓRIA DO BRASIL	4.4.0	60
TOTAL		24	360

2.2.1.3 Formação Livre – Optativas

Res. 17/2002 CNE/CES, de 13 de março de 2002.	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO – UFAM		
III. Núcleo de Conteúdo Livre - Optativas	DISCIPLINA	CR	CH
LIVRES/OPTATIVAS	ANTROPOLOGIA DA ARTE	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA DA RELIGIÃO	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA E ECOLOGIA	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA GERAL E JURIDICA	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA NO BRASIL	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA POLÍTICA	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA RURAL	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA URBANA	4.4.0	60
	ETNOLOGIA INDÍGENA	4.4.0	60
	ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA	4.4.0	60
	A ESCOLA DE FRANKFURT E A TEORIA CRÍTICA	4.4.0	60
	O MARXISMO E O MUNDO TROPICAL	4.4.0	60
	ESTUDOS SOBRE CRIME E PRISÃO	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	4.4.0	60
	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4.4.0	60
	PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	4.4.0	60
	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	4.4.0	60
	PODER, CORPO E DIFERENÇAS	4.4.0	60
	SOCIEDADE E AMBIENTE	4.4.0	60
	ESTUDOS URBANOS	4.4.0	
	PENSAMENTO SOCIOLÓGICO E AMAZÔNIA	4.4.0	60
TEORIA SOCIAL EM PARETO E GIDDENS	4.4.0	60	
PENSAMENTO CONSERVADOR	4.4.0	60	

2.2.1.3 Formação Livre – Optativas (Cont.)

Res. 17/2002 CNE/CES, de 13 de março de 2002.		DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO – UFAM	
III. Núcleo de Conteúdo Livre - Optativas	DISCIPLINA	CR	CH
LIVRES/OPTATIVAS	SOCIOLOGIA RURAL	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA ARTE	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA CULTURA	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA LITERATURA	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	4.4.0	60
	SOCIOLOGIA NO BRASIL	4.4.0	60
	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS B	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III	4.4.0	60
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV	4.4.0	60
	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I	4.4.0	60
	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II	4.4.0	60
	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III	4.4.0	60
TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV	4.4.0	60	
TOTAL (EXIGIDAS)		24	360

2.2.1.4 QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS
OBRIGATÓRIAS

PERIODIZAÇÃO

PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
1º	IHS048	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	-	4.4.0	60
	IHS304	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLITICA	-	4.4.0	60
	IHS049	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	-	4.4.0	60
	IHF037	FILOSOFIA DA CIÊNCIA	-	4.4.0	60
	FET024	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	-	4.4.0	60
SUBTOTAL				20	300
2º	IHS057	POLÍTICA I	IHS304	4.4.0	60
	IHS355	TEORIA ANTROPOLÓGICA I	IHS048	4.4.0	60
	IHS351	TEORIA SOCIOLOGICA I	IHS049	4.4.0	60
	IHG302	GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	-	4.4.0	60
	IHH323	HISTÓRIA DO BRASIL	-	4.4.0	60
SUBTOTAL				20	300
PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
3º	IHS058	POLÍTICA II	IHS304	4.4.0	60
	IHS356	TEORIA ANTROPOLÓGICA II	IHS048	4.4.0	60
	IHS352	TEORIA SOCIOLOGICA II	IHS049	4.4.0	60
	IHH120	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA	-	4.4.0	60
	IEE455	ESTATÍSTICA APLICADA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	-	4.4.0	60
SUBTOTAL				20	300
PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
4º	IHS059	POLÍTICA III	IHS304	4.4.0	60
	IHS357	TEORIA ANTROPOLÓGICA III	IHS048	4.4.0	60
	IHS353	TEORIA SOCIOLOGICA III	IHS049	4.4.0	60
	FAE153	ECONOMIA POLÍTICA	-	4.4.0	60
SUBTOTAL				16	240

**2.2.1.4 QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS
OBRIGATÓRIAS**

PERIODIZAÇÃO (Cont.)

PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
5º	IHS060	TEORIA ANTROPOLÓGICA IV	IHS048	4.4.0	60
	IHS062	POLÍTICA IV	IHS304	4.4.0	60
	IHS066	TEORIA SOCIOLOGICA IV	IHS049	4.4.0	60
	IHS067	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	IHS355 IHS351 IHS057	4.4.0	60
SUBTOTAL				16	240
6º	IHS068	LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA*	IHS067	6.2.4	150
	IHS069	LABORATÓRIO DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA *	IHS067	6.2.4	150
	IHS070	LABORATÓRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA*	IHS067	6.2.4	150
SUBTOTAL				6	150
PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
7º	IHS074	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I	IHS067	7.3.4	165
SUBTOTAL				7	165
8º	IHS077	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC II	IHS074	7.3.4	165
SUBTOTAL				7	165
TOTAL GERAL				112	1860

*Exige-se somente o cumprimento de uma disciplina de Laboratório de Pesquisa.

2.2.1.5 QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS OPTATIVAS

SIGLA	DISCIPLINA	CR	CH
IHS079	ANTROPOLOGIA DA ARTE	4.4.0	60
IHS080	ANTROPOLOGIA DA SAÚDE	4.4.0	60
IHS082	ANTROPOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	4.4.0	60
IHS386	ANTROPOLOGIA DA RELIGIÃO	4.4.0	60
IHS384	ANTROPOLOGIA E ECOLOGIA	4.4.0	60
IHS083	ANTROPOLOGIA GERAL E JURIDICA	4.4.0	60
IHS382	ANTROPOLOGIA NO BRASIL	4.4.0	60
IHS387	ANTROPOLOGIA POLÍTICA	4.4.0	60
IHS380	ANTROPOLOGIA RURAL	4.4.0	60
IHS381	ANTROPOLOGIA URBANA	4.4.0	60
IHS084	ETNOLOGIA INDÍGENA	4.4.0	60
IHS085	ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA	4.4.0	60
IHS087	A ESCOLA DE FRANKFURT E A TEORIA CRÍTICA	4.4.0	60
IHS088	O MARXISMO E O MUNDO TROPICAL	4.4.0	60
IHS094	ESTUDOS SOBRE CRIME E PRISÃO	4.4.0	60
IHS095	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	4.4.0	60
IHS099	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4.4.0	60
IHS100	PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	4.4.0	60
IHS107	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	4.4.0	60
IHS108	PODER, CORPO E DIFERENÇAS	4.4.0	60
IHS109	SOCIEDADE E AMBIENTE	4.4.0	60
IHS110	ESTUDOS URBANOS	4.4.0	60
IHS111	PENSAMENTO SOCIOLÓGICO E AMAZÔNIA	4.4.0	60
IHS112	TEORIA SOCIAL EM PARETO E GIDDENS	4.4.0	60
IHS114	PENSAMENTO CONSERVADOR	4.4.0	60
IHS115	SOCIOLOGIA RURAL	4.4.0	60
IHS116	SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	4.4.0	60
IHS117	SOCIOLOGIA DA ARTE	4.4.0	60
IHS375	SOCIOLOGIA DA CULTURA	4.4.0	60
IHS118	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4.4.0	60
IHS119	SOCIOLOGIA DA LITERATURA	4.4.0	60
IHS120	SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	4.4.0	60
IHS372	SOCIOLOGIA NO BRASIL	4.4.0	60

2.2.1.5 **QUADRO ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS OPTATIVAS**
(cont.)

SIGLA	DISCIPLINA	CR	CH
IHP123	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS B	4.4.0	60
IHS121	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I	4.4.0	60
IHS122	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II	4.4.0	60
IHS124	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III	4.4.0	60
IHS125	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV	4.4.0	60
IHS126	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I	4.4.0	60
IHS127	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II	4.4.0	60
IHS128	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III	4.4.0	60
IHS129	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV	4.4.0	60
IHS130	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I	4.4.0	60
IHS131	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II	4.4.0	60
IHS132	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III	4.4.0	60
IHS134	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV	4.4.0	60
TOTAL (EXIGIDAS)		24	360

2.2.1.6 **CONTEÚDOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS INTEGRADAS**

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais trata de maneira transversal e específica em suas teorias e objetos de investigação a **Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena** (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003; Lei Nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004; Parecer CNE/CP Nº 003 de 10/3/2004); a **Educação em Direitos Humanos** (Parecer CNE/CP Nº 8 de 6/3/2012 e Resolução CNE/CP Nº 1 de 30 de maio de 2012) e; a **Educação Ambiental** (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012). Assim, as temáticas serão tratadas em diversas disciplinas obrigatórias e optativas do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, pois são inerentes ao campo de reflexão das ciências sociais, como nas Teorias Antropológicas, Sociológicas e Políticas e em disciplinas optativas como Sociedade e Ambiente, Sociologia do Brasil, Antropologia do Brasil, Sociologia Rural, Antropologia Rural, Antropologia e Ecologia, Sociologia

Geral e Jurídica, Antropologia Jurídica, Etnologia Indígena, Política Brasileira etc. Além disso, incentivar-se-á que as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais sejam cumpridas com estas temáticas.

A proposta é que seja abordado de forma interdisciplinar estabelecendo ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. E ainda de forma específica através de disciplinas optativas.

Em atendimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**, a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) será ofertada de forma optativa (formação livre) na matriz curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, sendo esta uma disciplina de 60 (sessenta) horas.

2.2.1.7 QUADRO SINÓPTICO DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR

QUADRO SINÓPTICO DA MATRIZ CURRICULAR	CH	CR
Carga Horária Teórica e Prática	2400	136
Disciplinas Obrigatórias	1860	112
Disciplinas Optativas	360	24
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	330	14
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC	180	-
Carga Horária Total	2400	136

2.2.1.8 QUADRO GERAL DA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Número de Períodos		Créditos por Período		Créditos Exigidos		Carga Horária Exigida	
Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Créd. Obrig.	Créd. Opt.	CH Obrig.	CH Opt.
12	08	32	8	112	24	1860	360

2.2.1.9 QUADROS DE TRANSIÇÃO E DE EQUIVALÊNCIA

QUADRO DE TRANSIÇÃO

ANO	SEM	CURRÍCULO ANTIGO PERÍODOS	CURRÍCULO 2018 PERÍODOS
2019	1º	3º 5º 7º	1º
	2º	4º 6º 8º	2º
2020	1º	5º 7º 9º	1º 3º
	2º	6º 8º	2º 4º
2021	1	7º	1º 3º 5º
	2º	8º	2º 4º 6º

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

Sigla	Disciplina (currículo 2017)	Sigla	Disciplina (currículo 2010)
IHS048	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	IHS300	ANTROPOLOGIA I
IHS049	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	IHS011	SOCIOLOGIA I
FET024	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	IHS350	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
IHS057	POLÍTICA I	IHS360	CIENCIA POLITICA I
IHH323	HISTÓRIA DO BRASIL	IHH140	HISTORIA ECON.POL.SOCIAL DO BRASIL
IHS058	POLÍTICA II	IHS361	CIENCIA POLITICA II
IHS059	POLÍTICA III	IHS362	POLITICA BRASILEIRA
FAE153	ECONOMIA POLÍTICA	FAE151	HISTORIA DO PENSAMENTO ECONOMICO I
IHS066	TEORIA SOCIOLÓGICA IV	IHS374	SOCIOLOGIA CONTEMPORANEA
IHS067	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	IHS365	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I
		IHS366	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II
IHS074	TCC I	IHS400	SEMINARIO DE PESQUISA
IHS077	TCC II	IHS400	SEMINARIO DE PESQUISA

2.2.2 EMENTÁRIO

1º Período

SIGLA: IHS048		DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA			
A construção do campo disciplinar antropológico. As influências do pensamento evolucionista e difusionista do final do século XIX. A noção de cultura e relativismo cultural. O trabalho de campo e a etnografia.			
OBJETIVOS			
Geral			
Contextualizar a constituição do pensamento e do trabalho antropológico, destacando suas especificidades conceituais e analíticas.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a trajetória das ideias que consolidaram o pensamento antropológico no século XIX e XX. • Destacar os horizontes metodológicos e teóricos que solidificaram a disciplina no campo das ciências humanas e sociais. • Abordar o trabalho de campo, a etnologia e as análises etnográficas como especificidades da antropologia como ciência. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BARRET, Stanley. Antropologia – guia do estudante á teoria e ao método antropológico. Petrópolis: Vozes, 2015.			
CASTRO, Celso. Textos básicos de antropologia – Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.			
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2007.			
Complementares			
BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas . Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.			
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas . CosacNaify: São Paulo, 2010.			
INGOLD, Tim. “Da transmissão de representações à educação da atenção”. Educação . Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.			
KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologia . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.			
STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico . São Paulo: CosacNaify, 2014.			

SIGLA: IHS304		DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA			
<p>O objeto da Ciência Política. A questão do poder. Ideias e ideologias políticas. Instituições políticas no mundo e no Brasil: democracia, regimes e partidos. Eleições e sistemas partidários e o caso brasileiro. Sistemas de governo. Movimentos sociais.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar a relevância da ciência política, dos seus principais conceitos e temas, estimulando o aprofundamento do conhecimento na área.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir à política como ciência; • Estudar os principais conceitos e temas da ciência política; e • Capacitar os/as alunos/as a escrever e discutir, identificando as principais diferenças entre conceitos, ideias e formas de análise do fenômeno político. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
LEBRUN, Gérard. O que é poder . 14.ed. São Paulo: ABDR, 1994.			
NOGUEIRA, Marco Aurélio. Em defesa da política . São Paulo: SENAC, 2001.			
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução . 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.			
Complementares			
FOUCAULT, M. Microfísica do poder . 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.			
AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção . São Paulo: Boitempo, 2004.			
ARENDDT, Hannah. O Que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.			
CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.			
PATEMAN, Carole. O contrato sexual . Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1993.			

SIGLA: IHS049		DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>A sociologia e o mundo moderno. A imaginação sociológica. Classe, estratificação e mudança social. Dimensões da Globalização. Cultura e ideologia. Movimentos sociais.</p>			
OBJETIVOS			

Geral

Desenvolver a capacidade intelectual e crítica dos discentes de modo a permitir uma compreensão dos processos de formação e desenvolvimento da sociedade moderna, bem como incentivar a reflexão diante das transformações das sociedades contemporâneas.

Específicos

- Entender o papel da sociologia para uma interpretação da vida cotidiana;
- Compreender o papel da imaginação sociológica para a explicação de uma variedade de situações e problemas sociais;
- Apreender conceitos centrais da sociologia que possibilite uma análise crítica dos processos de formação e desenvolvimento da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS**BÁSICAS**

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (orgs.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Ed. Moraes, 1992.

IANNI, Octavio. **Teorias de estratificação social: leituras de sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Complementares

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26ª ed. Trad. Floriano Fernandes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

SIGLA: IHF037**DISCIPLINA:** FILOSOFIA DA CIÊNCIA**CH:** 60**CR:** 4.4.0**PR:** -**EMENTA:**

Introdução à filosofia e à epistemologia das ciências humanas e naturais. Ruptura e continuidade na história da ciência. O conceito de cientificidade, observação, modelo, hipótese, indução, dedução, princípio da verificação, lei, teoria. A cultura e a produção do conhecimento. Os rumos da tecnociência contemporânea e de suas relações com a sociedade, com a política e com a economia.

OBJETIVOS**GERAL:**

Apresentar a evolução do método científico, suas contradições e êxitos ao longo da

história e levantar questões de ordem epistemológicas inerentes às ciências da natureza e às ciências humanas.

ESPECÍFICOS:

- À luz da Filosofia e da História da Ciência, levar o aluno à percepção do modo como a ciência participa de um mundo contemporâneo no qual as fronteiras entre natureza e cultura são cada vez menos nítidas;
- Situar o aluno na via de duplo sentido entre a ciência pura e a ciência aplicada;
- Problematizar as noções de progresso, limites e alcance da ciência, considerando-a enquanto uma das formas de conhecimento.

Referências

BÁSICAS:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1990

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COMPLEMENTARES:

LAKATOS, Imre. **Pruebos y refutaciones**: la lógica del descubrimiento matemático. Madrid: Alianza Editorial, 1978.

O'HEAR, Anthony (org.) **Karl Popper**: Filosofia e Problemas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVIA, Alberto (org.) **Epistemologia**: A Cientificidade em Questão. Campinas, S.P., Ed. Papyrus, 1990.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SIGLA: FET024		DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Metodologia da leitura: leitura e interpretação de texto. Metodologia do trabalho científico em Ciências Humanas. Ciência e Ideologia. Normas de apresentação do trabalho científico. Organização e elaboração de plano de estudo.			
OBJETIVOS			
GERAL:			
Conhecer os pressupostos básicos de iniciação à pesquisa para elaboração de trabalhos acadêmicos com a compreensão dos elementos essenciais para o processo de formação acadêmica e produção do conhecimento científico.			
ESPECÍFICOS:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância da utilização de métodos de estudo para a 			

<p>formação de hábitos adequados e eficazes na formação da vida acadêmica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a diferença entre senso comum e conhecimento científico; • Explorar e definir os principais tipos de trabalho que os alunos utilizarão durante o curso; • Entender o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento; • Utilizar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos.
REFERÊNCIAS
<p>Básicas</p> <p>GIL, Antonio. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>Complementares</p> <p>FACHIN, Odila. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>FRANÇOIS, Julius; BARRDAS, Raimundo. Vida acadêmica – guia prático do universitário. Manaus: Valer, 2015.</p> <p>PÁDUA, Elisabete. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17ª. ed. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SOARES, Maria Candida. Metodologia do trabalho científico: aspectos introdutórios. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.</p>

2º Período

SIGLA: IHS057	DISCIPLINA: POLÍTICA I	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS304
EMENTA:		
Fundamentos teóricos do Estado moderno e contemporâneo. Estado e sociedade civil. Estado e violência. Estado, capitalismo e classes sociais. A questão da burocracia. Estado como Instituição. Estudos sobre o Estado brasileiro.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Apresentar o processo de formação e os fundamentos básicos de organização do Estado e a relação com as demais esferas da sociedade.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir aos estudos sobre o Estado; 		

- Analisar temas relacionados com a realidade política moderna;
- Desenvolver uma visão crítica do Estado e suas instituições.

REFERÊNCIAS

Básicas

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfarestate. **Lua Nova**, Set 1991, no.24, p.85-116.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Complementares

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982

OFFE, CLAUS. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Editora da USP/Niterói: Editora da UFF, 1987.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SIGLA: IHS355

DISCIPLINA: TEORIA ANTROPOLÓGICA I

CH: 60

CR: 4.4.0

PR: IHS048

EMENTA:

A construção do método antropológico. As abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalista e os neoevolucionistas. Aspectos do método genealógico e etnográfico. As teorias sobre a religião, a cultura e o parentesco.

OBJETIVOS

Geral:

Explorar as principais contribuições da antropologia britânica e do culturalismo americano no desenvolvimento da antropologia.

Específicos:

- Apresentar as críticas ao método comparativo, explorando aspectos do método particularismo histórico proposto por Franz Boas e seus discípulos.
- Identificar as balizas e fundamentos teórico-metodológicos do funcionalismo e estrutural-funcionalismo;
- Aprofundar aspectos do método genealógico e etnográfico inaugurados por Rivers, Radcliffe-Brown, Malinowski e outros.

REFERÊNCIAS

Básicas

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MORGAN, L.H. **Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana**. Washington: Smithsonian Institution, tradução mimeo, 2010.

Complementares

BOAS, Franz. "A formação da antropologia americana (1883-1911)". **Antologia**. (Org. George W. Stocking, Jr). Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RADCLIFFE-BROWN. A. "O método comparativo em Antropologia Social" In: MELATTI, Julio Cezar (org.) **Radcliffe-Brown/Antropologia** Rio de Janeiro: Ática, 1978, p.43-58.

SIGLA: IHS351	DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGICA I
----------------------	---

CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS049
---------------	------------------	-------------------

EMENTA:

A sociologia de Auguste Comte. A sociologia de Gabriel Tarde. A sociologia de Emile Durkheim. A atualidade de Auguste Comte, Émile Durkheim e Gabriel Tarde.

OBJETIVOS**Geral**

Compreender a emergência do campo científico da sociologia a partir dos desdobramentos do positivismo e das disputas decorrentes de seu processo de institucionalização.

Específicos

- Relacionar o surgimento da sociologia com a concepção de ciência no âmbito da filosofia positivista;
- Entender a concepção de sociologia de Gabriel Tarde como uma abordagem avessa ao positivismo;
- Identificar a obra de Emile Durkheim como fundadora da sociologia científica.

REFERÊNCIAS**Básicas**

COMTE, Augusto. "Curso de filosofia positiva". Trad. Jose Arthur Giannotti. In: **Comte**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2005, p. 21-68.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandao. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TARDE, Gabriel. **As leis sociais: um esboço de sociologia**. Trad. Francisco Travesso Fuchs. Niterói: Ed. da UFF, 2011.

Complementares

DURKHEIM, Emile. **O socialismo**: definição e origens e a doutrina saint-simoniana. Trad. Sandra Guimaraes. São Paulo: Edipro, 2016.

DURKHEIM, Emile. **A educação moral**. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Emile. **Pragmatismo e sociologia**. Trad. Aldo Litaiff. Florianópolis: Ed. UFSC/Ed. UNISUL, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria ator-rede. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012

MASSELLA, Alexandre (org.). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SIGLA: IHG302		DISCIPLINA: GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A Geografia e a organização do espaço como produto histórico. Concepções teóricas sobre a população. Processos produtivos e elementos da dinâmica populacional: definições, cálculos e representação. A relação campo-cidade. Desenvolvimento e desigualdade social.			
OBJETIVOS			
Geral			
Compreender a importância da geografia para as ciências sociais.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir acerca da geografia e a organização do espaço como produto histórico; • Apresentar as concepções teóricas sobre população, processos produtivos e dinâmica populacional. • Reconhecer as principais “espacialidades” engendradas pelas relações sociais de produção capitalista. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
DAMIANI, Amélia. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 1998.			
SANTOS, Milton. A natureza do espaço : técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.			
SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.			
Complementares			
ALVES, José Eustáquio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica . Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2002. Textos para discussão n. 4. Acessado em: 10/05/2010. Disponível em:			

http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_4.pdf

BECKER, Berta K. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão de território**. Brasília: Ed. da UnB, 1990. 219 p.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRITO, Fausto. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. Texto para discussão n. 268. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/textos para discussão](http://www.cedeplar.ufmg.br/textos_para_discussao).

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 25-41.

SIGLA: IHH323		DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A história republicana brasileira no século XX: continuidades e rupturas. O Estado, a burguesia, os trabalhadores, os conflitos sociais, as crises políticas e os movimentos culturais.			
OBJETIVOS			
Geral			
Fomentar o debate sobre as principais características do regime republicano no Brasil ao longo do século XX.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a produção de análises a respeito do comportamento dos diferentes atores sociais no exercício da luta de classes, da construção política da democracia e a participação dos movimentos culturais; • Situar as peculiaridades da sociedade brasileira contemporânea. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. ; São Paulo: Cia das Letras, 2011.			
CARVALHO, Maria Alice Rezende. A República no Catete. ; Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.			
GOMES, Ângela Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena; FREIRE, Américo e outros. A República no Brasil. ; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.			
Complementares			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano volume 1 ; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.			

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** volume 2; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** volume 3 e 4; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio.**; São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

3º Período

SIGLA: IHS058		DISCIPLINA: POLÍTICA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS304	
EMENTA:			
Tradições do pensamento político moderno e contemporâneo: absolutismo monárquico, liberalismo, totalitarismo, republicanism, socialismo e anarquismo. O pensamento político brasileiro.			
OBJETIVOS			
Geral			
Propiciar tanto a formação nos autores fundamentais do pensamento político moderno e contemporâneo, quanto a introdução aos debates atuais em teoria política, possibilitando aos estudantes uma iniciação à pesquisa nessa área.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os/as alunos/as a escrever e discutir, identificando as principais diferenças entre os pensadores da teoria política moderna e contemporânea; • Caracterizar as disputas no pensamento político moderno e contemporâneo sobre a natureza e a finalidade do governo; • Diferenciar as diversas ideias políticas de soberania, liberdade e igualdade, e elaborar e responder perguntas críticas sobre a coexistência desses valores. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
HAYEK, Friedrich August. Os fundamentos da liberdade . Brasília/São Paulo: UnB/Visão, 1983.			
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p.			
WEFFORT, Francisco. Formação do Pensamento Político Brasileiro: ideias e personagens . São Paulo: Editora Ática, 2006			
Complementares			
FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo, Editora Ática, 1994			
HOBBS, Thomas. Leviatã . São Paulo: Martins Fontes, 2003			

LOCKE, John. **Ensaio político**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: **Os Pensadores**, São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SIGLA: IHS356		DISCIPLINA: TEORIA ANTROPOLÓGICA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS048	
EMENTA:			
A ideia de representações sociais. A etnologia de Marcel Mauss. Mentalidade primitiva e pensamento selvagem. O estruturalismo na obra de Lévi-Strauss. A Teoria da Aliança e os estudos do parentesco. Análise estrutural do totemismo, mitologia e magia. Organização social e sistemas políticos.			
OBJETIVOS			
Geral			
Reconhecer a importância do racionalismo francês na elaboração teórica do campo antropológico			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a importância das ideias de Émile Durkheim sobre representações sociais no campo antropológico. • Entender diferentes métodos de investigação e conceitos operados por Lucien Lévi-Bruhl, Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss e Edmund Leach. • Reconhecer formas de abordagem do método estrutural aplicadas aos sistemas de parentesco, mitos, organização social e sistemas políticos. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
GOLDMAN, Marcio. Razão e diferença: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévi-Bruhl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora GRYPHO, 1994.			
LEACH, Edmund. Sistemas políticos da Alta Birmânia . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.			
LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss . In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Volume II. São Paulo, EPU, 1974.			
Complementares			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Edições Paulinas, 1989.			
LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco . Petrópolis: Vozes, 1982.			
_____. Antropologia Estrutural . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.			
LEVY-BRUHL, Lucien. A mentalidade primitiva . São Paulo: Paulus, 2008.			
MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: Maurice Merleau-Ponty: Textos selecionados . Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.			

SIGLA: IHS352		DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGICA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS049	
EMENTA:			
Formação do pensamento marxiano. Teoria sociológica em Marx: o materialismo histórico e seus conceitos centrais. A interpretação dialética na sociologia. A atualidade do pensamento marxista.			
OBJETIVOS			
Geral Compreender a abordagem marxiana como uma das matrizes fundantes do pensamento sociológico.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o marxismo como tradição do pensamento assentado no princípio do conflito e da historicidade; • Apreender o método de exposição, os conceitos e as categorias da abordagem marxiana como instrumentos de análise da realidade em seu processo de mudança; • Identificar as modificações e transformações operadas na abordagem marxista no decorrer do processo histórico. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BURAWOY, Michael. Marxismo Sociológico . São Paulo: Alameda, 2014.			
MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política (livro I). São Paulo: Boitempo, 2013.			
_____. Grundrisse . São Paulo: Boitempo, 2011.			
Complementares			
ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental ; Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.			
BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. Por uma Sociologia Pública . São Paulo: Alameda: 2009.			
DUSSEL, Enrique. A Produção Teórica de Marx : um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
MÜLLER, Marcos Lutz. <i>Exposição e Método Dialético em "O Capital"</i> . Boletim SEAF-MG, v. 2. Belo Horizonte, 1983, p.17-41.			
NETTO, José Paulo (org.). Curso Livre Marx-Engels : a criação destruidora. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2015.			

SIGLA: IHH120		DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMAZÔNIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>A problemática da História da Amazônia: a questão dos métodos e das fontes. Os povos indígenas da Amazônia no momento da chegada do colonizador. “A Conquista da Amazônia”. A hegemonia lusa e a resistência. A formação das classes sociais. Os aparelhos de transmissão cultural. A identidade regional.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
Compreender a formação social, política e econômica da Amazônia			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o processo de ocupação da Amazônia; • Situar as peculiaridades da Amazônia contemporânea. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
CHAMBOULEYRON, Rafael e ALONSO, José Luis R. (orgs.) T (r) ópicos de história . Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVIII a XXI). Belém: editora Açai, 2010.			
HEMMING, John. Fronteira Amazônica – a derrota dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2009.			
SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (Org.). O Fim do Silêncio – presença negra na Amazônia. Belém: Açai / 48 CNPq, 2011			
Complementares			
DAOU, Ana Maria. A Belle Époque na Amazônia . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.			
DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920. Manaus: Valer 1999.			
MELLO, Márcia Eliane A. Souza e. Fé e Império – as juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Edua / Fapeam, 2009.			
MESQUITA, Otoni. Manaus, História e Arquitetura (1852-1910) . 3ª edição. Manaus: Valer, 2006.			
SANTOS, Fabiano Vilaça. O governo das conquistas do Norte . Trajetórias administrativas no estado do Maranhão e grão Pará. São Paulo: Annablume, 2011.			

SIGLA: IEE455		DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Método Científico e Método Estatístico. Estatística descritiva e exploratória. Resumo de dados, tabelas, gráficos e medidas-resumo. Noções de probabilidade. Distribuição de probabilidade: modelos discretos e modelos contínuos. Amostragem. Estimativa. Teste de Hipóteses.			
OBJETIVOS			
Geral Introduzir as principais técnicas estatísticas utilizadas nas ciências sociais.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os principais conceitos utilizados em estatística; • Organizar dados de modo adequado à realização de análises estatísticas; • Realizar análises estatísticas; • Interpretar análises estatísticas em artigos de periódicos e/ou outras publicações técnicas 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BARBETTA, P.A. Estatística aplicada às ciências sociais . 7ª. edição revisada. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.			
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica . 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
DEVORE, J.L. Probabilidade e estatística para engenharias e ciências . Cengage, 2006.			
Complementares			
LEVIN, J.; FOX, J.A.; FORDE, D.R.; Estatística para ciências humanas . 11ª ed. São Paulo, Pearson, 2012.			
MORETTIN, L.G. Estatística Básica (Probabilidade e Inferência) . São Paulo: Pearson, 2010.			
ROSENTAL, C.; FRÉMONTIER-MURPHY, C. Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais . Editora Instituto Piaget. Lisboa, 2001.			
SILVA, N.N. Amostragem probabilística . Um curso introdutório. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2015.			
WALPOLE, R.E.; MYERS, R.H. et al. Probabilidade e estatística para engenharias e ciências . 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.			

4º Período

SIGLA: IHS059		DISCIPLINA POLÍTICA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS304	
EMENTA:			
A democracia grega. A democracia procedimental. A democracia participativa. Elitismo democrático. Democracia deliberativa. Comunitarismo e Multiculturalismo. Democracia no Brasil.			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar o debate teórico acerca das experiências históricas dos regimes políticos democráticos.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a apreciação da história que subjaz as idéias que moldaram as democracias de hoje; • Apresentar um panorama das principais estratégias de análise da democracia presentes em diversas correntes teóricas; • Avaliar questões normativas, as ideias democráticas e como as instituições as realizam. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
DAHL, Robert A. Um prefácio à democracia econômica . Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 153 p.			
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.			
TILLY, Charles. Democracia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
Complementares			
AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil . Rio de Janeiro, FGV, 2003.			
DAHL, Robert. Poliarquia : participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997			
HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova , nº 36, 995. p. 39-53			
HUNTINGTON, Samuel P. A Terceira Onda. São Paulo: Ática, 1994.			
KYMLICKA, Will. Multicultural citizenship . A liberal theory of minority rights. Oxford: Clarendon Press, 1995.			

SIGLA: IHS357		DISCIPLINA: TEORIA ANTROPOLÓGICA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS048	
EMENTA:			
<p>Antropologia e Ciência. A etnografia como construção interpretativa, literatura e crítica cultural. A desconstrução da noção de cultura e do fazer antropológico. Os laboratórios como campo de reflexão.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Geral Apresentar desdobramentos atuais de temas, conceitos e debates clássicos na antropologia contemporânea.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar domínios do saber antropológico e da construção etnográfica; • Reconhecer as trajetórias da noção de cultura no pensamento antropológico; • Analisar diferentes produtos visuais e textuais. 			
REFERÊNCIAS			
<p>Básicas BATESON, Gregory. Naven. São Paulo: EDUSP, 2008. GREENBLATT, S. A virada. O nascimento do mundo moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2004. LATOURET, B. Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.</p> <p>Complementares GEERTZ, Clifford. O Saber Local – Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1978. KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1988. SANTOS, Laymert Garcia. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2011. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: CosacNaify, 2000.</p>			

SIGLA: IHS353		DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGICA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS049	
EMENTA:			
A teoria sociológica de Max Weber e de Georg Simmel. Ciência e valores. Ação social e relação social. Dominação e burocracia. Ética, racionalização, capitalismo e modernidade. Método compreensivo.			
OBJETIVOS			
Geral Contextualizar a sociologia alemã de inícios do século XX a partir das formulações de Weber e Simmel.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a sociologia impressionista de Georg Simmel; • Identificar a díade e a tríade como expressões da sociedade; • Entender a abordagem da sociologia de Weber como fundamentada na conexão de sentido das ações sociais; • Perceber a sociologia weberiana como resultante de múltiplas relações entre diferentes esferas sociais. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.			
WEBER, Max. Ensaio de sociologia. 5ª ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.			
WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. Trad. Jose Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.			
Complementares			
RINGER, Fritz. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. Trad. Gilson de Sousa. São Paulo: EDUSP, 2004.			
SCHLUCHTER, Wolfgang. Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber. Trad. Roberto Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.			
SCHLUCHTER, Wolfgang. Desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.			
EDBERG, Richard. Max Weber e a ideia de sociologia econômica. Trad. Dinah Azevedo. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UERJ/Beca Produções Culturais, 2005.			
WAIZBORT, Leopoldo. As aventuras de Georg Simmel. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.			

SIGLA: FAE153		DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS049	
EMENTA:			
<p>Origem e a formulação do valor, a sua distribuição, os papeis do Estado e do mercado. Compreensão do Capitalismo enquanto sistema de produção, a constituição do mundo do trabalho e a acumulação do capital. Escolas clássica e neoclássica da economia política: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, Liberalismo, Keynesianismo e Neoliberalismo. As implicações da economia de mercado com o Estado, o capitalismo com o Estado e implicações relacionadas à questão de uma economia política democrática.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
Introduzir os principais temas da economia política aos discentes			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e diferenciar as escolas clássicas e neoclássicas da economia política. • Investigar os elementos formativos do sistema capitalista, a relação Estado, mercado e democracia. • Examinar as diferentes abordagens da economia política contemporânea. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BIANCHI, Ana Maria. A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith. Hucitec, 1988.			
PRZEWORSKI, Adam. Estado e economia no capitalismo. trad. de Argelina Cheilub Figueiredo e Pedro Paulo Zahluth Bastos. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.1995.			
HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005			
Complementares			
ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política. Cascais: Principia, 2004, 2004.			
ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Elsevier Brasil, 2013.			
DOBB, Maurice. Economia Política e Capitalismo: ensaios sobre a tradição económica. Graal, 1978.			
DOBB, Maurice. Teorias do valor e distribuição desde Smith. Lisboa, Editorial Presença, 1978.			
MULGAN, Tim. Utilitarismo. Editora Vozes Limitada, 2012.			

5º Período

SIGLA: IHS060		DISCIPLINA: TEORIA ANTROPOLÓGICA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS048	
EMENTA:			
Diálogos da Antropologia com outras disciplinas. Debates atuais na antropologia contemporânea. Antropologia e intervenção social. Antropologia simétrica, reversa e autoantropologia.			
OBJETIVOS			
Geral Conhecer os debates nos diferentes campos da antropologia contemporânea.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o diálogo com outras disciplinas na produção antropológica contemporânea; • Discutir experiências de intervenção social da antropologia na sociedade contemporânea • Refletir sobre modos práticos e discursivos nativos na construção e no contexto das teorias antropológicas. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação , v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.			
KOPENAWA, Davi ALBERT, Bruce. A Queda do Céu – palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.			
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem – E outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.			
Complementares			
CHERNELA, Janet. Estrutura Social do Uaupés. Anuário Antropológico , 81, 1983.			
DESCOLA, Philippe. La selva culta : Symbolismo y praxis en la ecologia de los Achuar. Quito: AbyaYala, 1989.			
MELATTI, J. C. Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo krahó. In.:			
RIVIÈRE, Peter. O indivíduo e a sociedade na Guiana . São Paulo: Edusp, 2001.			
STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico . São Paulo: CosacNaify, 2014.			

SIGLA: IHS062		DISCIPLINA: POLÍTICA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS304	
EMENTA:			
Abordagens da Ciência Política: movimento comportamentalista e teorias da modernização/desenvolvimento político, institucionalismo e neo-institucionalismo, escolha racional e teoria dos jogos, cultura política, política comparada. Estudos da ciência política no Brasil. Pesquisa em Ciência Política.			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar a diversidade de abordagens da ciência política contemporânea e a relação com a pesquisa.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os/as estudantes para escrever e debater sobre as várias abordagens da ciência política, identificando as principais diferenças; • Demonstrar a relação entre as abordagens da ciência política e a pesquisa empírica. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
NORTH, Douglas. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico . México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.			
PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista . Lua Nova, n. 58, 2003.			
CHICOTE, Ronald H. Teorias de Política Comparativa . Petrópolis: Vozes, 1998.			
Complementares			
OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais . São Paulo: EDUSP, 1999			
DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia . São Paulo: Edusp, 1999.			
HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. Revista Lua Nova , n. 58, 2003.p. 193-224.			
LANDMAN, T. Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction . London: Routhledge, 2003			
POWELL, W. W.Ç DIMAGGIO, P. J. El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional . México: Fondo de Cultura Economica, 1999.			

SIGLA: IHS066		DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGICA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS049	
EMENTA:			
Sociologia contemporânea no século XX. Sociologia estadunidense. Sociologia Britânica. Escola de Frankfurt. Sociologia francesa. Teorias da pós-modernidade.			
OBJETIVOS			
Geral			
Orientar, de maneira introdutória, estudos sobre um conjunto diversificado de teorias da sociologia contemporânea no século XX.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar um panorama da história do pensamento sociológico europeu e estadunidense no século XX. • Discutir questões, métodos e teorias fundamentais da sociologia contemporânea no século XX. • Discutir questões, métodos e teorias da pós-modernidade. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos . Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.			
LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno . 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.			
VANDENBERGHE, F. Teoria social realista: um diálogo franco-britânico . Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
Complementares			
ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento . Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.			
BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia . São Paulo: Ática, 1983.			
BOURDIEU. A Distinção: crítica social do julgamento . São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.			
ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.			

SIGLA: IHS067		DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: IHS355, IHS351 E IHS057	
EMENTA:			
<p>Construção de um problema de pesquisa. Hipóteses, variáveis, contexto. Desenho de pesquisa: experimentos, <i>quasi</i>-experimentos, observação. Técnicas de produção de dados: o método etnográfico, questionários, entrevistas, história de vida, grupos de discussão, observação participante, participação observante. Técnicas de análise quantitativa e qualitativa. Quadro operacional da pesquisa. Planejamento e elaboração de projetos.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
Aprender o processo de elaboração de projetos de pesquisa e identificar técnicas de pesquisa em metodologias qualitativas e quantitativas;			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os métodos de pesquisa social empírica; • Perceber as especificidades e complementaridades da pesquisa empírica qualitativa e quantitativa; • Viabilizar a formatação dos projetos de pesquisa dos discentes para elaboração do trabalho de conclusão de curso. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisa de Survey . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.			
BERNARD, H. R. Research Methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches . 4th. ed. Lanham, MD: Altamira Press, 2006.			
VAN EVERA, Stephen. Guía para estudantes de ciencia política: métodos y recursos . Barcelona: Gedisa, 1997.			
Complementares			
GADDIS, J. L. Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado . Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MAHONEY, James & RUESCHMEYER, Dietrich. Comparative Historical Analysis in the Social Sciences . New York-NY, Cambridge University Press, 2003.			
MORLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. [comp.]. La comparación en las Ciencias Sociales . Madrid, Alianza editorial, 1994.			
PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans & KLEINNIJENHUIS, Jan. Doing Research in Political Science: comparative methods and statistics . London, Sage, 2003.			
SPRINZ, Detlef F. & WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. [ed.]. Models, Numbers & Cases: methods for studying international relations . Michigan, The University of Michigan Press, 2004.			
ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.			

6º Período

SIGLA: IHS068		DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA	
CH: 150	CR: 6.2.4	PR: IHS067	
EMENTA:			
Práticas de pesquisa em Antropologia			
OBJETIVOS			
Geral Orientar e discutir experiências práticas de pesquisa empírica em Antropologia.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma discussão sobre a relação entre teoria e prática. • Orientar práticas de pesquisa empírica. • Aproximar a graduação aos grupos e núcleos de pesquisa. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

SIGLA: IHS069		DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA	
CH: 150	CR: 6.2.4	PR: IHS067	
EMENTA:			
Práticas de pesquisa em Sociologia			
OBJETIVOS			
Geral Orientar e discutir experiências práticas de pesquisa empírica em Sociologia.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma discussão sobre a relação entre teoria e prática. • Orientar práticas de pesquisa empírica. • Aproximar a graduação aos grupos e núcleos de pesquisa. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

SIGLA: IHS070		DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	
CH: 150	CR: 6.2.4	PR: IHS067	
EMENTA:			
Práticas de pesquisa em Ciência Políticas			
OBJETIVOS			
Geral			
<ul style="list-style-type: none"> • Orientar e discutir experiências práticas de pesquisa empírica em Ciência Política. 			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma discussão sobre a relação entre teoria e prática. • Orientar práticas de pesquisa empírica. • Aproximar a graduação aos grupos e núcleos de pesquisa. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

7º Período

SIGLA: IHS074		DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC I	
CH: 165	CR: 7.3.4	PR: IHS067	
EMENTA:			
O TCC I tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento das pesquisas dos alunos e alunas, com vistas aos seguintes aspectos: técnicas de coleta de dados; procedimentos de análises dos dados coletados; elaboração do TCC.			
OBJETIVOS			
Geral			
Propiciar o acompanhamento do projeto de pesquisa dos estudantes através de estudos e debates coletivos do referencial teórico- metodológico utilizado.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar a reflexão e a discussão sobre a pesquisa nas ciências sociais; • Analisar a problematização e o quadro teórico empregado nas pesquisas. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

8º Período

SIGLA: IHS077		DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC II	
CH: 165	CR: 7.3.4	PR: IHS074	
EMENTA:			
O TCCII tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento das pesquisas dos alunos e alunas, com vistas aos seguintes aspectos: técnicas de coleta de dados; procedimentos de análises dos dados coletados; elaboração do TCC.			
OBJETIVOS			
Geral			
Propiciar o acompanhamento do projeto de pesquisa dos estudantes através de estudos e debates coletivos do referencial teórico- metodológico utilizado.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar a reflexão e a discussão sobre a pesquisa nas ciências sociais; • Analisar a problematização e o quadro teórico empregado nas pesquisas. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

DISCIPLINAS OPTATIVAS

SIGLA: IHS079		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA DA ARTE	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Arte como conceito transdisciplinar e objeto de pesquisa antropológica. Etnomusicologia ou Antropologia da música, antropologia da dança, antropologia da imagem. Leitura de etnografias clássicas e recentes, realizadas em diversos contextos: urbano, rural, indígena, não-indígena e outros.			
OBJETIVOS			
Geral			
Proporcionar uma visão panorâmica dos estudos da antropologia da arte.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir os aspectos teórico-metodológicos dos estudos das antropologias da música, da dança, das imagens, nos vários contextos. • Realizar a leitura de etnografias clássicas e recentes sobre arte em contextos tais como os indígenas, urbanos, cultura popular, entre outros. 			

REFERÊNCIAS**Básicas**

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local – Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009, 127p.

Complementares

BLACKING, John. **Música, cultura e experiência**. Cadernos de Campo, n. 16, 2007.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 150p.

MENEZES BASTOS, Rafael. "Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. **Mana** [online], vol.13, n.2, p. 293-316, 2007.

MONTARDO, Deise Lucy. **Através do Mbaraka: Música e xamanismo guarani**. São Paulo: Edusp, 2009.

VIDAL, Lux Boelitz (Org.). **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nebol; Edusp, 1992. 296p.

SIGLA: IHS080**DISCIPLINA:** ANTROPOLOGIA DA SAÚDE**CH:** 60**CR:** 4.4.0**PR:** -**EMENTA:**

Surgimento e desenvolvimento da Antropologia. Pesquisa Antropológica em Saúde e questão ética. Sistemas de representação, cultura e construção simbólica sobre o corpo, saúde e doença. Política de saúde: participação e controle social.

OBJETIVOS**Geral**

Contextualizar a Antropologia nas Ciências Humanas e sua relação com área da saúde;

Específicos

- Promover reflexões sobre os sistemas culturais e suas representações simbólicas sobre o corpo, saúde e doença;
- Relacionar pesquisa antropológica em saúde à promoção da ética;
- Discutir Política de Saúde, participação e controle social, a partir da Antropologia da Saúde.

REFERÊNCIAS

Básicas

ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Saúde e Doença**; um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice e ORO, Ari Pedroso (Orgs). **Antropologia e Ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

Complementares

CANESQUI, Ana Maria, 2003. "Os estudos de antropologia da saúde/doença no Brasil na década de 1990." **Ciência e Saúde Coletiva**. Site: www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a09v08n1.pdf - Similares, acessado em 24.02.2010.

CRUZ, Ivana Beatrice Manica e GOMES, Lucy (Orgs). **Envelhecimento dos povos tradicionais brasileiros**: perspectivas e desafios. Brasília: Universa, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando Dias e LEAL, Ondina Fachel (Orgs). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998, 210 p.

FERREIRA, Luciane Ouriques. **Medicinas Indígenas e as Políticas da Tradição**: entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

FLEISCHER, Soraya e SCHUCH, Patrice. **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília, 2010.

SIGLA: IHS082		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A construção do campo de estudos de gênero. Ciências e Gênero. A contribuição da Antropologia. Identidades de gênero. Sexualidades. Trabalho de campo, gênero e subjetividades.			
OBJETIVOS			
Geral			
Introduzir questões fundamentais sobre relações de gênero e antropologia.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as contribuições dos estudos de gênero para as ciências • Discutir conceitos como identidade de gênero, sexo, sexualidades, masculinidades e feminilidades • Debater temas atuais através de seminários temáticos. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma Perspectiva Global**. São Paulo: InVerso, 2015.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006

Complementares

ALMEIDA, H. et. All. (orgs.) **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SIGLA: IHS386		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA DA RELIGIÃO	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Introdução às perspectivas antropológicas para os estudos sobre religião, religiões e religiosidades. A trajetória dos estudos antropológicos da religião: teorias, etnografia e conceitos. Leitura e discussão de estudos clássicos e contemporâneos do campo de estudos. Religião, cultura e sociedade. Desdobramentos temáticos e articulações entre religião e outros temas contemporâneos.			
OBJETIVOS			
Geral			
Compreender o fenômeno religioso a partir da abordagem específica da Antropologia.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os conceitos e categorias pertinentes ao fenômeno religioso e à Antropologia. Refletir sobre as principais linhas teóricas que orientaram e orientam os estudos antropológicos do religioso. • Abordar etnografias e análises das principais correntes e movimentos religiosos no Brasil. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo . São Paulo: Perspectiva, 1976.			
DURKHEIM, Emile e Marcel Mauss. Algumas formas primitivas de classificação . Contribuição para o estudo das representações coletivas [1903] In: MAUSS, Marcel,			

Ensaio de Sociologia, São Paulo: Perspectiva, 1981.

DURKHEIM Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989 (1912).

Complementares

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAVALCANTI, Maria L.V.C. **O mundo invisível**. Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia Social da Religião**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O totemismo hoje**. Lisboa: Edições 70, 1986.

SIGLA: IHS384		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA E ECOLOGIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A separação entre natureza e cultura produzida pela modernidade ocidental. Diferenças e proximidades entre Antropologia, Biologia e Ecologia. Diferentes sistemas não ocidentais de produção de conhecimento. Pensamentos indígenas, a possibilidade de superar o reducionismo Natureza – Cultura.			
OBJETIVOS			
Geral			
Analisar, a partir do enfoque antropológico, as relações homem-natureza, enfatizando a necessidade de superação da colonialidade do pensamento imposta pelo pensamento científico aos saberes/conhecimentos locais/nativos.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Problematizar as diferenças e proximidades entre o fazer antropológico e os fazeres biológico e ecológico; • Discutir conceitos fundamentais para pensar a relação natureza/cultura; • Contextualizar o surgimento e o desenvolvimento dos estudos sobre etnodesenvolvimento; • Abordar questões relacionadas à pesquisa antropológica sobre os sistemas não ocidentais de produção de conhecimento; <ul style="list-style-type: none"> • Introduzir a reflexão sobre os pensamentos indígenas como uma velha/nova possibilidade de pensar o mundo e de superar ao reducionismo Natureza – Cultura 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
DIEGUES, Antônio Carlos (Org.), Etnoconservação . Novos Rumos para a			

Conservação da Natureza. São Paulo: Annablume, NUPAUB-USP, Hucitec, 2000.

LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. **Anuário Antropológico** 84, p. 13-56, 1985.

Complementares

DESCOLA, Philippe. “Limites ecológicos e sociais do desenvolvimento da Amazônia”, In: BOLOGNA, Gianfranco (Org.). **Amazônia adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 211-225.

FOLADORI, Guillermo e TAKS, Javier, “Um olhar antropológico sobre a questão ambiental”. **Mana**, vol. 10, nº 2, 2004.

RIBEIRO, Berta G., Etnobiologia. Petrópolis: Ed. Vozes. Finep. (Volume 1 – **Suma etnológica brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South América Indians. Darcy Ribeiro (Edit.) et alli), 1986.

ROUÉ, Marie, “Novas Perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais”. In: DIEGUES Antônio Carlos (Org.), **Etnoconservação**. Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Annablume, NUPAUB-USP, Hucitec, 2000, p. 67-79.

VELDEN, Felipe Vander e BADIE, Marilyn Cebolla, “A relação entre natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas”. **Avá – Revista de Antropologia**, nº 19, p. 15-47, 2011.

SIGLA: IHS083		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA GERAL E JURIDICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A antropologia como ciência: objeto, técnicas e métodos de pesquisa. Estudos Antropológicos de organização social, sistemas econômicos, políticos e jurídicos. A Antropologia Jurídica como campo da Antropologia Social ou Cultural: o Direito e os diferentes sistemas jurídicos das sociedades contemporâneas (povos indígenas, populações tradicionais e sociedades ocidentais). A situação dos povos indígenas e populações tradicionais no Brasil e na Amazônia. Estado nacional e pluralismo jurídico: monismo estatal e múltiplos sistemas normativos. Direito constitucional e direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.			
OBJETIVOS			
Geral			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a interface entre a Antropologia e o Direito, explorando alguns temas sob a abordagem antropológica. 			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar aos alunos o primeiro contato com a disciplina Antropologia, enfatizando o contexto do século XIX e o nascimento da disciplina, a crítica ao 			

método comparativo evolucionista e a importância da pesquisa etnográfica.

- Mostrar o esforço da disciplina na construção da noção de cultura e da diversidade cultural: identidades/diferenças, transformações e dinâmicas culturais.
- Identificar a importância do multiculturalismo, da pluralidade étnica e dos sistemas de organização social e política dos diferentes grupos, povos e comunidades.
- Oferecer aos alunos uma diversidade de temas e estudos na área da Antropologia sob direito: pluralismo jurídico, sistemas normativos locais, direitos constitutivos de povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

Básicas

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia, in: **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DA MATTA, Roberto. “Você tem cultura?” Explorações de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUPRAT, Deborah. O direito sob o marco da pluriétnicidade,/multiculturalidade. In: **Pareceres Jurídicos**: direitos dos povos e comunidades tradicionais. Coleção de Documentos de Bolso, nº 2. PPGSCA/UFAM, 2007.

Complementares

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**. “Conhecimentos, cultura e “cultura”. São Paulo, 2010.

DEBERT, Guita G. “Polícias e Delegacias”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Pessoa e Indivíduo”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012.

DUPRAT, Deborah. “Comentário Jurídico”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012.

FRY, Peter. “Diferenças, desigualdades e discriminação”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ABA, 2012.

SIGLA: IHS382		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA NO BRASIL	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
O desenvolvimento do pensamento antropológico no Brasil. O pensamento antropológico sobre o Brasil no decorrer do Século XX. Temas atuais da			

Antropologia brasileira.
OBJETIVOS
<p>Geral Conhecer diferentes contribuições teóricas e metodológicas de antropólogos e outros estudiosos no desenvolvimento da antropologia no e do Brasil;</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar a leitura dos clássicos da disciplina no Brasil. • Descortinar as várias áreas temáticas nas quais a Antropologia no Brasil tem se desdobrado.
REFERÊNCIAS
<p>Básicas</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.</p> <p>PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré/ANPOCS, Brasília: CAPES, 1999, p.225-266.</p> <p>RAMOS, Alcida Rita. O pluralismo brasileiro na berlinda. Etnográfica, v. VIII, n.2, p.165-183, 2004.</p> <p>Complementares</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O desencanto do outro: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no Brasil. Anuário Antropológico/91, p.9-30, 1993.</p> <p>DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.</p> <p>FREYRE, Gilberto (1975). Casa grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Pio, 1975.</p> <p>FRY, P. H. . Feijoada e Soul Food 25 anos depois. In: ESTERCI, Neide; GOLDENBERG, Miriam; FRY, Peter (Orgs.). Fazendo antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>GOLDMAN, M. Antropologia Contemporânea. Sociedades complexas e outras questões. Anuário Antropológico, 93, 1995, p.113-151.</p>

SIGLA: IHS387	DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA POLÍTICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -
EMENTA:		
O campo teórico-metodológico da Antropologia Política. As relações de poder, presentes em todas as sociedades. Antropologia Política e superação de situações de colonialismo. O imaginário político na vida moderna. Tradição e modernidade.		
OBJETIVOS		
Geral		

Apresentar referências teórico-conceituais da Antropologia Política que permitam uma abordagem crítica das relações de poder presentes em todas as sociedades.

Específicos

- Enfatizar a atualidade da Antropologia Política como campo de análise da Antropologia Social e Cultural.
- Contextualizar o surgimento da Antropologia Política, delineando o seu campo teórico-metodológico.

REFERÊNCIAS

Básicas

BALANDIER, Georges, **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BALANDIER, Georges, **Sentido e Poder**. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, Luanda, Angola: Edições Mulemba, 2014.

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E.E. **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1981.

Complementares

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado** (investigações de Antropologia Política). São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer** – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “Os Obstáculos ao Estudo do Contato”. In. **“O Nosso Governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988, p. 24-59.

PEIRANO, Mariza G.S., “Antropologia política, ciência política e antropologia da política”. **Série Antropologia** 231 - Três Ensaio Breves, 1997, p. 15-26.

SIGLA: IHS380		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA RURAL	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Conceitos e tradições teóricas nos estudos de campesinato e ruralidade. A discussão do campesinato no Brasil. Ocupação dos espaços e acesso aos recursos. Diversidades, organizações econômicas e relações sociais no mundo rural. Relações com o urbano.			
OBJETIVOS			
Geral			
Proporcionar familiaridade com produção antropológica acerca da temática rural e			

campesina

Específicos

- Conhecer conceitos antropológicos básicos nos estudos sobre campesinato;
- Discutir a questão campesina à luz da produção antropológica recente sobre o campesinato;
- Perceber a problemática da questão rural nos contextos brasileiro e amazônico

REFERÊNCIAS

Básicas

FELDMAN-BIANCO, B.& RIBEIRO, G. L. **Contribuições de Eric R. Wolf**. Campinas: Editora UNB e Unicamp, 2003.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O Campesinato Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev. Econ. Sociol. Rural. Vol.52, supl.1, 2014.

Complementares

BOURDIEU, Pierre. **A Casa Kabyle ou o mundo às avessas**. Tradução de Claude Papavero e Sueli Monteiro. Revista Cadernos de Campo. Ano IX. N. 8, 1999.

DARNTON, R. "Histórias que os camponeses contam". In: **O Grande Massacre de Gatos**. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 21-103.

ALMEIDA, Mauro. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v.19, n.55, 2004.

SIGAUD, Lygia. "As condições de possibilidade das ocupações de terra". **Tempo Social** v.17 n.1.

ESTERCI, Neide & SCHWEICKARDT, Kátia. Territórios Amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, vol. 5 (1), p. 59-77, 2010.

SIGLA: IHS381		DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA URBANA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Teorias da cidade e do urbano. Estudos de comunidade no Brasil. Formas de sociabilidade no contexto urbano. Lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. Patrimônio cultural e novas centralidades em meio urbano.			
OBJETIVOS			
Geral			
Reconhecer aspectos históricos e contemporâneos do desenvolvimento das cidades,			

bem como especificidades sobre o modo de vida urbano.

Específicos

- Reconhecer diferentes teorias sociais relacionadas às cidades e aos modos de vida urbanos;
- Identificar abordagens teóricas sobre os temas do patrimônio, requalificação urbana e formas de moradia;
- Considerar a relevância de diferentes perspectivas teóricas sobre os temas da mobilidade urbana, formas de sociabilidade e espaços públicos.

REFERÊNCIAS

Básicas

FREYRE, Gilberto **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13- 28.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Complementares

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papiрус, 1994.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CALDEIRA, Pires do Rio Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SIGLA: IHS084		DISCIPLINA: ETNOLOGIA INDÍGENA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Etnografias clássicas e contemporâneas. O desenvolvimento da Etnologia Indígena no Brasil			
OBJETIVOS			
Geral			
Introduzir as principais contribuições teórico-metodológicas promovidas pela Etnologia Indígena.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a trajetória das ideias que consolidaram a Etnologia Indígena no 			

Brasil

- Discutir os horizontes metodológicos e teóricos que influenciaram a área de estudo.
- Conhecer diferentes etnografias clássicas e contemporâneas

REFERÊNCIAS

Básicas

. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: Edunicamp, 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os mortos e os outros**. Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó. São Paulo: Hucitec, 1978.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Complementares

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida. **Pacificando o branco**. Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

DA MATTA, Roberto e Laraia, Roque. **Índios e castanheiros**. A empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DESCOLA, Philippe. La selva culta. **Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar**. Roma/Quito, MLAL/Abya-Yala, 1989.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**. História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

SIGLA: IHS085

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA

CH: 60

CR: 4.4.0

PR: -

EMENTA:

Língua, cultura e sociedade: uma visão da Antropologia Linguística. Diversidade linguística e cultural no Brasil: os povos indígenas. Hipótese do Relativismo versus Universalismo Linguístico. Língua e identidade cultural nas situações de contato. Linguagem e sociedade: variação linguística, gênero e preconceito linguístico. Dialogismo, interação e performance. Multilinguismo e Política Linguística no Brasil e na América Latina. Linguagem e poder no mundo contemporâneo.

OBJETIVOS

Geral

Oferecer uma visão abrangente dos estudos realizados sobre as relações entre língua, cultura e identidade no mundo contemporâneo, a partir dos pressupostos da Antropologia Linguística, discutindo aspectos relacionados às teses do relativismo *versus* universalismo linguístico; variação linguística e preconceito

linguístico; identidade cultural e linguística; multilinguismo e situações de contato sociocultural; linguagem e performance; dialogismo e atos de fala; língua, escrita e poder.

Específicos

- Apresentar as abordagens clássicas sobre a relação língua e cultura;
- Apresentar um panorama das línguas e culturas indígenas em situação de contato;
- Problematizar as relações entre linguagem, identidade e alteridade;
- Discutir as teorias interacionais, da performance e dos atos de fala;
- Discutir as relações entre língua e poder em contextos sociais e interacionais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

Básicas

ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.) **Terra das línguas: Lei municipal de oficialização de línguas indígenas São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fund. Ford, 2007.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 (original: *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962).

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 eds. São Paulo: Hucitec, 2006.

Complementares

ATHIAS, R. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

BAUMAN, Richard. **Fundamentos da performance**. Revista Sociedade e Estado - vol. 29, Nº 3, 2014.

BERNAL, R. J. **Índios Urbanos: processos de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. Manaus: EDUA, 2009.

BORBA, R. **Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem**. Revista Entrelinhas – Vol. 9, n. 1, jan./jun. 2015.

CALVET, L-J. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola, 2011.

SIGLA: IHS087		DISCIPLINA: A ESCOLA DE FRANKFURT E A TEORIA CRÍTICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>As origens da Escola de Frankfurt. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Materialismo interdisciplinar. A dialética do esclarecimento e a crítica da razão instrumental. Arte, cultura e sociedade. Ciência, técnica e movimentos sociais. Os modelos reconstrutivos e a renovação da Teoria Crítica.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
<p>Apresentar as origens da Escola de Frankfurt e o debate intelectual que resultou na formação da Teoria Crítica e de seus principais autores, conceitos e métodos.</p>			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o contexto de formação da Escola de Frankfurt; • Compreender os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Teoria Crítica; • Apresentar os principais autores e seus respectivos modelos teóricos, conceituais e metodológicos; • Demonstrar o potencial e vitalidade da Teoria Crítica para a pesquisa social empírica. 			

REFERÊNCIAS
Básicas
<p>ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.</p> <p>ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas vol. I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p>
Complementares
<p>ADORNO, Theodor. Dialética negativa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.</p> <p>ALMEIDA, Jorge de. Crítica dialética em Theodor Adorno: música e verdade nos anos vinte. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.</p> <p>ARAGÃO, Lúcia. Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2002.</p> <p>BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W. e HABERMAS, J. Textos</p>

Escolhidos. (Col. Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BRONNER, S. E. **Da teoria crítica e seus críticos.** Campinas: Papyrus, 1997.

SIGLA: IHS088		DISCIPLINA: O MARXISMO E O MUNDO TROPICAL	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
O impacto o mundo tropical no pensamento alemão e na crítica da economia política de Marx. Contribuição do marxismo na análise do mundo tropical. Marxismo latino americano e os trópicos no processo de produção e reprodução do capital.			
OBJETIVOS			
Geral			
Analisar a presença do mundo tropical no pensamento de Marx e a sua recepção no marxismo.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a recepção do mundo tropical no pensamento alemão e seus desdobramentos nos estudos econômicos de Marx. • Debater criticamente a hipótese dos estudos pós-coloniais sobre o eurocentrismo do marxismo e suas inadequações para o estudo da periferia do capitalismo. • Analisar a contribuição do marxismo para a análise do mundo tropical. • Refletir sobre o marxismo latino-americano e sua interpretação do lugar do mundo tropical no processo de produção e reprodução da acumulação capitalista. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
ARICO, JOSE. Marx e a America Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 164P			
FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 418 p.			
HUMBOLDT, Alexander von. Quadros da Natureza. Rio de Janeiro, RJ: W. M. Jackson Inc., 1965. 2 v.			
Complementares			
BOSTEELS, Bruno. El Marxismo en América Latina: nuevos caminos al comunismo. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional/Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2013.			
BUCH, Hans Christoph. 'No One Wanders under Palm Trees Unpunished.' Goethe and Humboldt. In: CLARK, Rex e LUBRICH, Oliver. Cosmos and Colonialism:			

Alexander von. Humboldt in Cultural Criticism. New York: Berghahn Books, 2012.

CHAKRABARTY, Dipesh. La Poscolonialidad y el artificio de la historia. In: **Al Margem de Europa: pensamento pós-colonial y diferencia histórica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008, p. 57-80.

CHIBBER, Vivek. **Postcolonial Theory and Specter of Capital**. London; New York: Verso, 2013.

DUSSEL, Enrique. **A Produção Teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SIGLA: IHS094		DISCIPLINA: ESTUDOS SOBRE CRIME E PRISÃO	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Estudos de sociologia, antropologia e ciências política sobre crime e prisão. O crime como fenômeno e acontecimento social situado e diverso. Prisão, disciplina e controle. Encarceramento em massa e gestão dos ilegalismos urbanos. Desafios éticos da pesquisa sobre crime e prisão.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
<p>A disciplina visa compartilhar, discutir e orientar estudos individuais e coletivos sobre crime e prisão à luz das ciências sociais.</p>			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a contribuição dos principais estudos clássicos sobre o crime, incluindo a estudos da Escola de Chicago. • Discutir teorias que analisam as transformações das prisões na modernidade. • Discutir teorias brasileiras e estrangeiras contemporâneas sobre crime e prisão, atentando para o encarceramento em massa e para a relação entre crime, Estado e gestão dos ilegalismos. • Promover a reflexão sobre os desafios éticos da pesquisa sobre crime e prisão. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
<p>BIONDI, Karina. Junto e Misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.</p> <p>CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania</p>			

em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** – nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

Complementares

AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. **Ilegalismos, cidade e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. v. 1. 328p.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e Dar Fuga: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, FAPERJ, 2005.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1998.

BARREIRA, César; AQUINA, Jânia Perla; SÁ, Leonardo Damasceno (orgs). **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

SIGLA: IHS095		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Fundamentos da Sociologia do Direito. Exame das relações entre o direito e a sociedade no sentido inverso, verificando os novos tipos de conflito surgidos com o avanço da crescente complexidade social, política e econômica do mundo contemporâneo e os desafios que propõem ao direito, enquanto instrumento de organização, direção e controle social. Identificação dos novos "campos de ação", as novas fontes e as novas formas de produção do direito advindas com a universalização e do acirramento da concorrência, a integração dos mercados e a subsequente relativização do princípio da soberania, a concentração do poder econômico e a ruptura da exclusividade do direito positivo. Avaliação do impacto dessas mudanças nas profissões jurídicas e no próprio ensino do direito.			
OBJETIVOS			
Geral			
Compreender a relação entre as relações sociais e a produção do direito.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a efetividade do sistema jurídico-legal; • Analisar as propostas legislativa surgidas com as mudanças econômicas e sociais. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica . São Paulo: Saraiva, 1987			
SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. Sociologia do direito: uma visão substantiva .			

2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. **Sociologia e direito**: textos básicos para a disciplina Sociologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

Complementares

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A sociologia jurídica no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social**: ensaio multidisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SCHILLING, Flávia. **Corrupção**: ilegalidade intolerável? São Paulo: IBCCrim, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Volume 1: Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SIGLA: IHS099		DISCIPLINA: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Caracterização geral do Estado contemporâneo. Principais perspectivas analíticas para a explicação de suas políticas. Questões metodológicas da análise do Estado e das políticas públicas.			
OBJETIVOS			
Geral			
Oferecer um panorama sobre as mais importantes perspectivas analíticas que enfocam o Estado e suas políticas			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os principais conceitos, autores e correntes da literatura; • Estudar a produção da política e os principais modelos explicativos 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro . Rio de Janeiro: Record, 2007.			
DAVIS, M.A cidade de quartzo . São Paulo: Scritaed, 1992.			
EASTON, D. Modalidades de análise política . Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1970.			
Complementares			
EVANS, P.; RUESSCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (org.). Bringing the state back in . Cambridge: Cambridge University, 1985.			
FARIA, Carlos Aurélio P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário			

sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 67-81, fev. 2006.

HALL, P.; Taylor, R. As três versões do neo-institucionalismo. In: **Lua Nova**, No.58, 2003.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. Toronto: Oxford University Press, 2003.

SIGLA: IHS100		DISCIPLINA: PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Partidos Políticos, Sociedade e Estado. Regras eleitorais e seus efeitos. Relações Partidárias. Partidos e Eleições no Brasil.			
OBJETIVOS			
Geral			
Desenvolver a percepção crítica e autônoma acerca da dinâmica dos governos representativos combinando elementos teóricos e empíricos.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir aos estudantes o debate sobre partidos políticos; • Distinguir os efeitos de diferentes sistemas eleitorais sobre a dinâmica partidária; • Oferecer aos estudantes instrumentos analíticos necessários à interpretação da dinâmica eleitoral-partidária. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução . Rio de Janeiro: fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2007.			
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução . 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007.			
NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais: uma introdução . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.			
Complementares			
AVRITZER, Leomardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à Legitimidade da ação, DADOS , v. 50, n. 3, 2007, p. 443-464.			
CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. Opinião Pública , v. 14, n. 2, 2008, p. 319-351.			

LIMONGI, Fernando. Formas de governos, leis partidárias e processos decisório. **BIB**, n. 41,1996, p. 7-39.

MANIN, Bernard. O princípio da distinção. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010, p. 187-226.

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010, p.13-41.

SIGLA: IHS107	DISCIPLINA: PENSAMENTO BRASILEIRO	POLÍTICO
----------------------	---	----------

CH: 60

CR: 4.4.0

PR: -

EMENTA:

Introdução ao estudo das principais linhagens do pensamento político no Brasil nos séculos XIX e XX, como: o liberalismo, o conservadorismo, o autoritarismo, o marxismo, o desenvolvimentismo, o nacionalismo etc. As obras clássicas e seu impacto na compreensão dos períodos críticos da formação do estado no Brasil.

OBJETIVOS

Geral

Fornecer ao discente uma compreensão abrangente da história das ideias políticas no Brasil

Específicos

- Assinalar como a história do pensamento político é inseparável da própria história política do país;
- Identificar e diferenciar as várias linhagens do pensamento político brasileiro.

REFERÊNCIAS

Básicas

BONFIM, Manuel. **América Latina:** males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 2007

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.

Complementares

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** Global editora, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Andes, 1956.

URUGUAI, Paulino Soares de Souza Visconde do. **Ensaio sobre o Direito Administrativo.** São Paulo: Editora 34, 2002.

SIGLA: IHS108		DISCIPLINA: PODER, CORPO E DIFERENÇAS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Poder, corpo e diferenças em perspectivas teóricas minoritárias. Estudos pós-coloniais e de(s) coloniais em África e América (Latina). Amazônia e colonialidade. Estudos feministas e de gênero. Raças, etnicidades, racismos e mestiçagens. Humano, não humano, pós-humano. Interseccionalidades.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
<p>A disciplina visa compartilhar, discutir e orientar estudos sobre teorias contemporâneas que partem de perspectivas minoritárias para pensar o poder, o corpo e as diferenças e desigualdades sociais.</p>			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir escritos de autoras e autores de diferentes continentes, ancestralidades, orientações políticas e sexuais que, de algum modo, contribuíram para a construção de teorias feministas, pós-coloniais, de(s) coloniais e pós-humanistas. • Promover a reflexão sobre as relações de poder que perpassam a produção de diferenças de gênero, raça, etnia, classe, nação e espécie, ou seja, de diferenças construídas sobre e através do corpo. • Introduzir à discussão sobre interseccionalidades. • Problematizar a contemporaneidade da situação colonial da Amazônia. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
<p>BHABBA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.</p> <p>BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.</p> <p>DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p>			
Complementares			
<p>BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. [2009]</p> <p>CESAIRE, Aimé. Discurso sobre a Negritude. Coleção Vozes da Diáspora Negra, vol. 3. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.</p> <p>GOLDMAN, Marcio. “Contra-mestiçagem e afroindígena”. Rio de Janeiro, Mana, 21 (3): 641-659, 2015.</p> <p>MADEL, Luz. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.</p> <p>HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo. Tradução</p>			

livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014. [1981]

SIGLA: IHS109		DISCIPLINA: SOCIEDADE E AMBIENTE	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
A trajetória da questão ambiental nas Ciências Sociais. Modernidade e teorias sociais sobre meio ambiente. Ciência, Tecnologia e Ambiente. Meio ambiente e desenvolvimento. Política e Governança ambiental. Estudos socioambientais locais, regionais e globais.			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar o debate contemporâneo sobre as mudanças ambientais e a reflexão teórico-metodológica das ciências sociais.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir a questão ambiental como um problema das ciências sociais; • Debater as principais questões teórico-metodológicas da questão ambiental; • Demonstrar o caráter interdisciplinar das pesquisas em sociedade e ambiente. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
ACSELRAD, H. et al. Cidade, Ambiente e Política . RJ: Garamond, 2006.			
FLORIANI, D. Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização . Curitiba: Juruá, 2010.			
HANNIGAN, J. Sociologia ambiental . RJ: Vozes, 2009.			
Complementares			
ALMEIDA, M. C. Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição . SP: Livraria da Física, 2010.			
BAUMAN, Z. O Mal-Estar da Pós-Modernidade . RJ: Zahar, 1998.			
DOWBOR, L.; TAGNIN, R. A. (org.) Administrando a água como se fosse importante . SP: Senac, 2005.			
MORAN, E. F. Meio Ambiente e C. Sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade . SP: Ed. Senac, 2011.			
ZHOURI, A. et al. (org.). A insustentável leveza da política ambiental . BH: Autêntica, 2005.			

SIGLA: IHS110		DISCIPLINA: ESTUDOS URBANOS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Estudos urbanos clássicos e contemporâneos na América (Latina) e na Europa. Capitalismo, cidades e favelização. Mobilidades e fronteiras. Violências, diferenças e poder. Trabalho e gestão dos ilegalismos. A urbanização amazônica. Os desafios da pesquisa de campo na atualidade.			
OBJETIVOS			
Geral			
A disciplina visa compartilhar, discutir e orientar estudos individuais e coletivos sobre fenômenos urbanos à luz das ciências sociais, em diálogo com outras áreas das ciências humanas.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a contribuição dos principais estudos clássicos sobre as cidades e os fenômenos sociais urbanos, incluindo a proposta elaborada pelos pesquisadores da Escola de Chicago na primeira metade do século XX. • Discutir teorias que analisam as transformações urbanas contemporâneas, entre elas a favelização das cidades, à luz das transformações do capitalismo. • Discutir teorias brasileiras e estrangeiras contemporâneas sobre poder, ilegalismos, violências, mobilidades e fronteiras urbanas. • Discutir teorias sobre a urbanização da Amazônia. • Promover reflexões sobre os desafios atuais da pesquisa de campo nas cidades, estimulando experiências pontuais de pesquisa. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
CASTRO, Edna (org.). Cidades na Floresta . São Paulo: Annablume. 2008.			
DAVIS, Mike. Planeta Favela . São Paulo: Boitempo, 2006.			
TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal . Belo Horizonte: Argvmentvm Ed., 2010.			
Complementares			
BECKER, Bertha K. A urbe amazônica: a floresta e a cidade . Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2013.			
BIRMAN, Patricia; LEITA, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências . Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2015.			
BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. Cidades da floresta: urbanização,			

desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Editora da UFAM, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

SIGLA: IHS111		DISCIPLINA: PENSAMENTO SOCIOLÓGICO E AMAZÔNIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>A Amazônia e sua função heurística para as ciências sociais. Amazônia, pensamento social e institucionalização das ciências sociais no Brasil: das terras do sem fim à artefato histórico-social de explicação da região, nação e mundo.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
<p>Refletir sobre a Amazônia como objeto de explicação heurística para o pensamento sociológico brasileiro.</p>			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a apreensão da Amazônia pelo pensamento social antes da institucionalização das ciências sociais no Brasil. • Debater a institucionalização da Sociologia e a recepção da Amazônia por este campo disciplinar. • Refletir sobre a o lugar heurístico da Amazônia na explicação sociológica da nação. • Analisar a Amazônia como um momento dos processos de mundialização. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
<p>CUNHA, Euclides da. À margem da história. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. 271 p</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: colônia e império. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 104p.</p> <p>LOUREIRO, Violeta Refkalesky. Os Parceiros do Marx: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq / Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985. 227P.</p>			
Complementares			
<p>BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In:</p>			

MICELI, Sérgio (Org.) **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002.** São Paulo: ANPOCS/ Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª edição. 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Globo, 2008.

LOUREIRO, Violeta Refkalesfky. **A Miséria da Ascensão Social:** capitalismo e pequena produção na Amazônia. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.

MELLO, Alex Fiúza de. **A Pesca sob o Capital:** a tecnologia a serviço da dominação. Belém: Editora da UFPA, 1985.

SIGLA: IHS112		DISCIPLINA: TEORIA SOCIAL EM PARETO E GIDDENS	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Caracterização histórica da tradição sociológica em Pareto. Caracterização histórica do construtivismo sociológico em Giddens. O contexto do pensamento sociológico em Pareto e Giddens. Conceitos fundamentais na teoria sociológica de Pareto e Giddens. Importância e legitimação intelectual de Pareto e Giddens. Elementos de pesquisa sociológica em Pareto e Giddens.			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar a elaboração teórica de Pareto e Giddens			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Dar subsídios teóricos para o entendimento da produção teórica de Pareto e Giddens; • Formar estudantes capazes de efetuar pesquisas avançadas em Pareto e Giddens. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
ALBERT, H. La sociologie critique em question. Traduit de l'allemand par Jean Amsler, Jean-Rodolphe Amsler et Lilyane Deroche. 1ª édition, PUF, Paris, 1987.			
ARON, R. Les étapes de la pensée sociologique. Gallimard, Paris, 1967.			
ARON R. Les désillusions du progrès, essai sur la dialectique de la modernité. Valmann- Lévy, Paris, 1969.			
Complementares			
BOBBIO, Norberto. Introduzione alla sociologia di Pareto. In: CVP 46, 1979.B.			

BONALD, Louis. **Oeuvres Complètes**, Paris, le Clère 1864. Vol. I pp. 355-357.

BOUDON, Raymond. **Étude sur les sociologues classiques**. Paris, PUF/Quadrige, 2000

BOUDON, Raymond. Vilfredo Pareto. **Racionalité ou irrationalité des croyances?** In: R Boudon, *Études sur les sociologues classiques*. Paris, PUF/Quadrige, 2000.

BOUVIER, Albion (org.). **Pareto aujourd'hui**. Paris, PUF, 1997, pp. 85-89.

SIGLA: IHS114		DISCIPLINA: PENSAMENTO CONSERVADOR	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
As origens do pensamento conservador. As correntes diversas de conservadorismo. Pensamento conservador e o pensamento liberal e marxista. O conservadorismo contemporâneo: manifestações políticas, econômicas e culturais.			
OBJETIVOS			
Geral			
Compreender a emergência do pensamento conservador no âmbito dos processos de formação da modernidade. Identificar as principais referências intelectuais do conservadorismo. Analisar o sentido do conservadorismo na contemporaneidade.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o contexto de formação do pensamento conservador: suas raízes históricas • Identificar as principais perspectivas do pensamento conservador: subdivisões do conservadorismo moderno. • Perceber as linhas de continuidade entre conservadorismo e o liberalismo e o marxismo e as disposições de ruptura com estas outras correntes de pensamento. • Refletir sobre o sentido do conservadorismo na contemporaneidade. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
BURKE, Edmund. Reflexões Sobre a Revolução Francesa . Brasília: Editora da UnB, 1982.			
KIRK, Russel. The Conservative Mind . Alabama: Alabama Policy Institute Birmingham, 2005.			
SCRUTON, Roger. The Meaning of Conservatism . New York: Penguin Books, 1980.			

Complementares

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1992, pp. 242-246 (Vol. 1).

DUMBRELL, John. The Neoconservative Roots of The War in Iraq. In **Intelligence and national security policymaking on Iraq: British and American perspectives**. Manchester: Manchester University Press, 2009, p. 19-39

HENRIE, Mark C., **Understanding Traditionalist Conservatism**. Hoover Press: Berkowitz/Conservative, s/d.

WEFFORT, Francisco. (ORG) **Os Clássicos da Política**. São Paulo, Ática, 1989, (2º volume).

WOLFSON, Adam. **Conservatism and Neoconservatism**. In Stelzer, ed., **Neoconservatism**, 213-33.

SIGLA: IHS115		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA RURAL	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Origens das teorias sobre as sociedades rurais. Campesinato e suas diversas abordagens. Estado e Políticas Agrárias no Brasil. A “modernização” da agricultura. Movimentos sociais no campo brasileiro. Novas Ruralidades. A expansão do capitalismo na Amazônia.			
OBJETIVOS			
Geral			
Oferecer aos discentes, por meio de estudos e debates, instrumentos conceituais e teóricos que lhes permitam refletir acerca da Sociologia rural, mapeando as principais tradições intelectuais.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar a formação da sociedade capitalista, relacionando processos sócio históricos que possibilitaram a subordinação do campo à reprodução ampliada do capital; • Compreender as relações no campo, a sua diversidade social e as emergências das novas ruralidades; • Analisar os impactos das Políticas Agrárias no Brasil, considerando a participação do Estado no fortalecimento do Agronegócio e a resistência dos Movimentos Sociais; • Identificar os impasses contemporâneos da organização do processo produtivo agrário na Amazônia salientando os aspectos singulares e universais do fenômeno em questão. 			

REFERÊNCIAS

Básicas

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Complementares

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade. In: **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da URGs, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia no século XXI** – as formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA: UNRISD, 2002.

SIGLA: IHS116		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Relações Ciência e Sociedade na Sociologia Clássica e Contemporânea. Relação Filosofia e Sociologia da ciência. O espaço social da ciência. Sociologia e a Antropologia do conhecimento e dos fatos científicos. A origem social das descobertas científicas. A produção social do conhecimento científico e os determinantes sociais dos saberes. Estratégias de legitimação do conhecimento científico. Sociedade do conhecimento e sociedade do saber.			
OBJETIVOS			
Geral			
Despertar o interesse dos estudantes de ciências sociais pelo estudo da instituição social da ciência			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as relações entre ciência e sociedade na sociologia; • Entender os aspectos sociais da produção científica; • Avaliar as dimensões da sociedade do conhecimento e sociedade do saber. 			

REFERÊNCIAS
<p>Básicas</p> <p>ADORNO, T.W. Introdução à Sociologia. São Paulo, Editora da UNESP, 2008.</p> <p>BARNES BARRY; SHAPIN STEVENS. (ed). Natural Orders: Historical Studies of Scientific Culture. Londres, Sage, 1979.</p> <p>CALVINO, Italo. Por Que Ler os Clássicos. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.</p> <p>Complementares</p> <p>DURAND, G. Les Structures Anthropologiques de L' Imaginaire. 11^a édition. (1^a edition à 1969). Paris, Dunod, 1992.</p> <p>GRAS, A.; YOTTE, Y. Sociologie- Ethnologie. Auteurs et textes fondateurs. Paris, Publications de la Sorbonne, 2003.</p> <p>LANA, F.; LANA. L. Antes o mundo não existia. Amazonas, UNIRT/FOIRM, 1995.</p> <p>LATOUR, Bruno; WOOLGAR Steve. La vie de laboratoire. Paris, La Découverte, 1988.</p> <p>LEPENIES, Wolf. Las Três Culturas - la sociologia entre la literatura y la ciencia. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.</p>

SIGLA: IHS117	DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA ARTE	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -
EMENTA:		
Arte e sociedade. As academias de arte e os cenáculos artísticos. Arte de artesão e arte de artista. O processo de criação artística e o contexto histórico. O campo das artes plásticas e da arquitetura. Arte e mercado.		
OBJETIVOS		
Geral		
Compreender a relação entre arte e sociedade a partir da identificação dos processos sociais e culturais atuantes na legitimação e criação artística.		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar os fatores sociais e culturais atuantes no processo de criação artística. • Ressaltar a importância dos círculos artísticos para a afirmação da arte de artista. • Problematizar a relação entre arte e mercado. 		
REFERÊNCIAS		
Básicas		
CLARK, T. J. Modernismos ; ensaios sobre política história e teoria da arte. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2007.		

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**; história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**. Trad. Mary Amazonas Leite Barros. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Complementares

ALPERS, Svetlana. **O projeto de Rembrandt**; o ateliê e o mercado. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**; a explicação histórica dos quadros. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Trad. Jorge Coli. 6ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**; quatro ensaios de iconografia política. Trad. Federico Carotti, Joana Angélica Melo & Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SIGLA: IHS375		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA CULTURA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Os intelectuais, a cultura e a ideologia. Cultura de massa e indústria cultural. Consumo, estilos de vida e moda. O teatro e a música. Tecnologia e imagem: televisão, cinema e cibercultura.			
OBJETIVOS			
Geral			
Entender a cultura como uma dimensão específica no âmbito da sociedade moderna em suas diferentes facetas e seus respectivos desdobramentos contemporâneos.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os processos de formação dos intelectuais em diferentes contextos e seus respectivos papéis no âmbito do campo de produção de bens simbólicos. • Perceber a importância dos grupos artísticos e intelectuais, e seus respectivos contextos históricos e sociais, para a produção cultural. • Explicitar como problema de ordem sociológica as questões relacionadas aos estilos de vida, ao gosto e à moda. • Relacionar a emergência da sociedade de massas com as modificações na 			

ordem capitalista de produção.

- Problematizar a questão da tecnologia e da imagem e relacioná-las com a questão da cibercultura.

REFERÊNCIAS

Básicas

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Trad. Jorge Bastos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

BAECQUE, Antoine de. **Cinefilia**; invenção de um olhar, história de uma cultura (1944-1968). Trad. André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Trad. Artur Mourão. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

Complementares

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Trad. Zulmira Tavares. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**; sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli e outros. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**; mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996, parte III, p. 199-343.

SIGLA: IHS118		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Educação como objeto da sociologia. A educação no pensamento sociológico clássico. Educação como prática social. O processo de socialização e educação como componente da cultura. Disciplina e distinção na educação moderna. Socialização e escolarização entre as classes sociais. Sistema de ensino, reprodução social e dominação simbólica. Educação, Estado e sociedade. Democratização, gênero e diversidade na escola.			
OBJETIVOS			
Geral			
Apresentar o campo específico da sociologia da educação, seu objeto, teorias e métodos, privilegiando a contribuição do pensamento sociológico clássico, bem como das teorias sociológicas contemporâneas.			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a experiência da educação moderna em contexto histórico- 			

social determinado;

- Contribuir para que o aluno possa desenvolver uma “imaginação sociológica” acerca do tema da educação;
- Discutir a função social da educação e sua relação com processos socioculturais, políticos e econômicos;
- Apresentar algumas principais teorias, conceitos e métodos da sociologia da educação;
- Analisar a educação na sociedade brasileira à luz do pensamento sociológico.

REFERÊNCIAS

Básicas

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, Fernando de. **Os sistemas escolares**. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice (Orgs.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 13a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. Alice & CATANI, Afranio M. (Ed.). Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Complementares

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. **Fernando de Azevedo e o esboço de uma teoria pedagógica para as condições da educação brasileira**. Educação em Revista, Marília, v. 11, n. 1, p. 37-52, 2010.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artimed, 2006.

DEMO, Pedro. **A educação do futuro e o futuro da educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus, 1966.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 6ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

SIGLA: IHS119

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA LITERATURA

CH: 60

CR: 4.4.0

PR: -

EMENTA:

Literatura e sociedade. Autor, obra e público. O problema da *mimesis*. Crítica literária e sociologia: convergências.

OBJETIVOS

Geral

Identificar nos textos e no próprio processo de criação literária os elementos

pertinentes para uma análise sociológica.

Específicos

- Articular texto e contexto como duas instâncias imprescindíveis para uma análise sociológica da literatura.
- Diferenciar sociologia da literatura e análise sociológica da literatura.
- Identificar as articulações entre autor, obra e público como fatores constitutivos de um campo literário.

REFERÊNCIAS

Básicas

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**; gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. Trad. Marina Appenzelleer. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Complementares

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**; o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi. 3ª ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**; a teoria do romance. Trad. Aurora Bernardini e outros. 5ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros estudos**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Tese e antítese**; ensaios. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

SIGLA: IHS120		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Análise das teorias clássicas e contemporâneas da violência. O conceito de violência e seus marcos históricos. O processo civilizatório estatal e o monopólio estatal da violência. Lei, ordem e autoritarismo. Controle social do crime e punição. Direitos humanos, cidadania e justiça. Liberdade, reconhecimento e moralidade. Violência, crime e medo na sociedade brasileira.			
OBJETIVOS			
Geral			
A disciplina tem como objetivo introduzir o aluno no estudo sociológico da violência,			

do conflito e do controle social, buscando apreender os principais conceitos, representações e significados destes fenômenos nas sociedades contemporâneas.

Específicos

- Apresentar um panorama do desenvolvimento da sociologia da violência, destacando as principais correntes e hipóteses explicativas no domínio das ciências sociais;
- Introduzir o estudante ao conjunto das teorias, conceitos e métodos da sociologia da violência;
- Traçar um panorama das principais modalidades de violência na sociedade brasileira e sua relação com a cultura e o controle social;
- Discutir com os estudantes as experiências de pesquisas sobre o tema da violência na sociedade brasileira;

REFERÊNCIAS

Básicas

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002a, p. 84-135.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. São Paulo: Publicação da Editora, 1985.

BARREIRA, C., GONZÁLEZ ARANA, R. y TREJOS ROSERO, L. F. (Ed.). **Violencia política y conflictos sociales en América Latina**. Barranquilla, Univ. del Norte/CLACSO, 2013.

Complementares

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. **A justiça no tempo, o tempo da justiça**. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, 2007, p. 131-155.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**; trad., Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BARREIRA, César. **Em nome da lei e da ordem**: a propósito da política de segurança pública. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 2004, pp. 77-86.

CARDIA, Nancy. **Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos**. Lusotopie, 2003, p. 299-328.

COELHO, Edmundo C. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro, Record, 2005 (1ª ed. 1987).

SIGLA: IHS372

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA NO BRASIL

CH: 60

CR: 4.4.0

PR: -

EMENTA:

Desenvolvimento histórico-social da sociedade no Brasil: patriarcalismo, patrimonialismo e sociedade de classe. Fundamentos sociológicos da produção

intelectual no Brasil. A sociologia e o sistema intelectual no Brasil. Contribuições dos principais autores e perspectivas sociológicas.

OBJETIVOS

Geral

Identificar o desenvolvimento histórico e social do Brasil. Entender a constituição do Brasil enquanto nação. Compreender a formação de um sistema intelectual no Brasil como elemento legitimador e questionador da realidade nacional. Perceber as diferentes correntes sociológicas ao longo do processo de consolidação da sociedade nacional.

Específicos

- Propiciar aos discentes um panorama geral dos autores e obras que se debruçaram para um entendimento da realidade brasileira.
- Identificar a sociologia no Brasil como uma produção intelectual original para a compreensão do país e do mundo contemporâneo.
- Inteirar-se da história da sociologia no Brasil: caminhos de legitimação.

REFERÊNCIAS

Básicas

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**; momentos decisivos. 8ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1997, 2 v.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/IDESP, v. 1, 1989.

Complementares

ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. **Metrópole e cultura**; São Paulo no meio século XX. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**; a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**; cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**; forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**; Machado de Assis. 4ª ed. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2000.

SIGLA: IHP123		DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS B	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>História, Fundamentos e Teorias da Educação de Surdos; Pedagogia Surda/Visual; Parâmetros da Libras; noções básicas de linguística da Libras; Conteúdos básicos de Libras; As legislações e o Sujeito Surdo; Mitos sobre a Surdez, pessoa surda e Língua de Sinais; Cultura surda e artefatos culturais; Identidades surdas.</p>			
OBJETIVOS			
Geral			
<p>Construir conhecimentos acerca da Língua Brasileira de Sinais, do ser Surdo, quebrando o estigma da deficiência, por meio do reconhecimento da sua Língua, da sua Cultura, das suas Identidades e das Pedagogias Surdas/Visuais.</p>			
Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua (e não mera linguagem dos gestos), compreendendo que esta se encontra no mesmo <i>status</i> das línguas orais; • Conhecer os mitos existentes sobre as línguas de sinais, o Ser Surdo e a Surdez que permeiam o imaginário ouvinte; • Compreender a educação de surdos e as conquistas do movimento surdo; • Compreender os processos das Pedagogias Surdas/Visuais; • Conhecer a legislação brasileira no que diz respeito às pessoas surdas; • Conhecer as terminologias específicas em Libras na(s) área(s) de formação da turma; • Dialogar, em nível básico, em Libras, na tentativa de conversação e interação educativa com as pessoas surdas. 			
REFERÊNCIAS			
Básicas			
<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: Sinais de M a Z. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.</p>			
Complementares			
<p>BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.</p> <p>_____. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.</p> <p>FELIPE, Tania A. MONTEIRO, Myrna S. Libras em contexto: curso básico: livro do aluno. 5 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da</p>			

língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua brasileira de sinais**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIGLA: IHS121		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

SIGLA: IHS122		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.			

SIGLA: IHS124		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS125		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS126		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS127		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS128		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS129		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS130		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS131		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS132		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

SIGLA: IHS134		DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV	
CH: 60	CR: 4.4.0	PR: -	
EMENTA:			
<p>Não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
OBJETIVOS			
Geral/Específico			
<p>Aprofundar teorias e metodologias que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.</p>			
REFERÊNCIAS			
Básicas e Complementares			
<p>Referências deverão ser listadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.</p>			

2.3 Organização Didático-Pedagógica

2.3.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E DA AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverá privilegiar aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, ocorrer de forma processual, contínua e acumulativa, e considerar e valorizar a diversidade de habilidades e inteligências humanas. O processo de avaliação tem por objetivo:

- Diagnosticar e registrar o progresso do aluno e da aluna e suas dificuldades;
- Possibilitar que o (a) aluno (a) auto avalie sua aprendizagem;
- Orientar o (a) aluno (a) quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades.

2.3.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os (as) discentes poderão ser avaliados por um número variado de procedimentos que permitam aos estudantes desenvolver suas habilidades e ao avaliador perceber as potencialidades dos estudantes. Assim, os procedimentos podem conter provas escritas, trabalhos individuais e em grupo, relatórios, pesquisas, seminários e outros.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem devem considerar a análise do conhecimento e as teorias e técnicas adquiridas pelos alunos e alunas. Além disso, cabe avaliar as atitudes referentes à assiduidade das aulas, participação nas atividades pedagógicas e extracurriculares, e a responsabilidade em fazer do ambiente do ensino e aprendizagem um lugar agradável.

2.3.2.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

a) **Ensino**

A avaliação da aprendizagem no âmbito do ensino deverá ser composta por atividades diversas, dentre as quais: seminários de apresentação de textos, relatórios de pesquisas de campo, provas escritas de cunho dissertativo, trabalhos acadêmicos, produções audiovisuais, além da dedicação do estudante às discussões em sala de aula.

b) **Pesquisa**

A avaliação da aprendizagem no âmbito da pesquisa deverá considerar a participação em grupos de estudo e pesquisa, a elaboração de relatórios de pesquisa, a apresentação de trabalho em evento científico, e a elaboração de *papers* e artigos científicos. Acima de tudo, essas atividades deverão primar pela qualidade e relevância, antes que qualquer critério quantitativo.

c) **Extensão**

No âmbito da extensão, a avaliação deverá considerar o engajamento tanto na elaboração quanto na execução de atividades diversas (eventos, oficinas, cursos e outros).

2.3.2.2 Recuperação da aprendizagem

A recuperação da aprendizagem poderá ser realizada através do oferecimento de disciplinas em outros turnos e de minicursos e oficinas para desenvolvimento de habilidades requisitadas nas avaliações, tais como leitura, elaboração de textos, manejo de conceitos filosóficos e científicos fundamentais, raciocínio lógico, matemática básica e outros.

2.3.2.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

1. O Projeto Pedagógico do Curso, após aprovado, deverá ser avaliado a cada dois anos pela Comissão Própria de Avaliação e pelo Colegiado do Curso;
2. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) deverá contemplar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representante da sociedade civil organizada, garantindo a não existência de maioria absoluta por parte de um dos segmentos representados;
3. A avaliação interna realizada pela CPA deverá se guiar por este PPC, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelo sistema vigente de avaliação de cursos de graduação do MEC.
4. Da avaliação externa realizada pelos órgãos do Sistema Federal de Ensino, buscando ressaltar os resultados do ciclo avaliativo em que se insere o curso; resultados obtidos no Enade e resultado do eixo/área que o campus atende.
5. A participação de representantes da sociedade civil organizada deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso e terá como objetivo garantir que o Curso esteja de acordo com demandas de interesse público.

2.3.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

É possível encarar as relações sociais no mundo contemporâneo permeadas pelas tecnologias da informação e comunicação, demonstrando que indubitavelmente vivemos na “era da informação”. Com efeito, a revolução tecnológica e informática também se faz presente no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula e na produção científica.

Embora muitos educadores sintam dificuldade, pois muitos não dominam as ferramentas tecnológicas, a utilização desses recursos torna-se necessária. É inegável que a forma de ensinar e aprender podem ser beneficiadas com o uso das TICs, a Internet e os aplicativos de celular, por exemplo, trazem uma infinidade de informação e softwares quem podem auxiliar na aprendizagem. Para as ciências sociais, é possível encontrar um conjunto grande de banco de dados livres na

Internet, uma fonte inesgotável para a pesquisa e a investigação científica. Todavia, para que todos se beneficiem das TICs, elas precisam estar bem consolidadas.

Diante disso, pretende-se estimular o desenvolvimento curricular e a integração interdisciplinar das TICs, a elaboração de conteúdos educativos digitais e sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem.

2.3.4 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SALA DE AULA

A sala de aula deverá servir como espaço para uma formação teórica pautada, fundamentalmente, pela valorização da e pelo respeito à autonomia de docentes e discentes. Nesse sentido, por um lado, caberá à Coordenação do Curso defender e garantir a autonomia didático-pedagógica dos docentes. Por outro lado, caberá aos docentes reconhecer e estimular, conforme suas opções didático-pedagógicas, a autonomia dos discentes no processo de aprendizado.

Entende-se que a sala de aula não é mero espaço de transferência de conteúdos e, sim, sobretudo, espaço privilegiado de produção de conhecimentos. Nesse sentido, a prática do ensino deve estar sempre aliada à experiência da pesquisa, seja ela bibliográfica ou empírica. Deve, portanto, estar articulada, o máximo possível, com grupos e projetos de pesquisa vinculados aos departamentos e programas de pós-graduação.

Do mesmo modo, é importante que a sala de aula esteja integrada a atividades de extensão, sendo espaço de geração de projetos e de reflexão sobre seus resultados.

A sala de aula deve ser tratada por todas e todos como um espaço de construção dialógica do conhecimento e também como lugar de deliberações coletivas, entre docentes e discentes, sobre os rumos do processo de aprendizagem.

2.3.5 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As atividades complementares seguem as diretrizes curriculares do Curso de Ciências Sociais, o parecer CNE/CES 492/2001 e a Resolução 018/2007 que

regulamenta as referidas atividades dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Os alunos/as deverão cumprir 240h de atividades acadêmico-científico-culturais conforme normatização contida no **Anexo F**.

2.3.6 ATIVIDADES DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

As atividades de pesquisa do Curso de Bacharelado de Ciências Sociais serão vinculadas aos projetos e grupos de pesquisa do corpo docente. Há um número significativo dos docentes que atendem ao curso que também atuam em Programas de Pós-Graduação nos níveis de mestrado e doutorado, principalmente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, é possível também destacar a presença do corpo docente em programas interdisciplinares como Sociedade e Cultura na Amazônia e o programa de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Segue a lista de grupos, núcleos e laboratórios de estudo e pesquisa associados ao curso de Ciências Sociais:

1. Grupo de Pesquisa: Sustentabilidade na Amazônia
LÍDERES: Antônio Carlos Witkoski e Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
2. Grupo de Pesquisa: Trabalho e Sociedade na Amazônia
LÍDERES: Izabel Valle e Marilene Corrêa da Silva Freitas
3. Grupo de Pesquisa: Amazônia e Pensamento Contemporâneo
LÍDERES: Ernesto Renan de Freitas Pinto e Néelson Matos de Noronha
4. Grupo de Pesquisa: Sociedade e Cultura na Amazônia
LÍDERES: Marco Aurélio Coelho de Paiva e Ernesto Renan de Freitas Pinto
5. Grupo de Pesquisa: Sociedade Trabalho e Ambiente
LÍDERES: Kátia Scweickardt e Antônio Carlos Witkoski
6. Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA
LÍDER: Sidney Antônio da Silva
7. Grupo de Estudo AJURI - Cultura, Política e Meio Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
LÍDERES: Raquel Wiggers (UFAM) e Luciana Braga Silveira (UFLA)

8. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades – GESECS

LÍDERES: Fátima Weiss de Jesus e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

9. Grupo de Pesquisa: Arte, Cultura e Sociedade – MARACÁ

LÍDERES: Deise Lucy Oliveira Montardo

10. Grupo de Pesquisas: ILHARGAS – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia

LÍDER: Fábio Magalhães Candotti

11. Grupo de Pesquisa: Cidades, Culturas Populares e Patrimônios - NAURBE

LÍDER: Sergio Ivan Gil Braga

12. Grupo de Pesquisa: História, Línguas e Culturas Indígenas

LÍDERES: Ana Carla dos Santos Bruno (INPA) com participação de Frantomé Pacheco (UFAM)

13. Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Gênero, Família, Conflitos e Sexualidade – AZULILÁS

LÍDER: Raquel Wiggers

14. Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena – NEAI
(<http://www.neai.ufam.edu.br/>)

LÍDERES: Gilton Mendes dos Santos e Carlos Machado Dias

15. Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia – NEPTA

LÍDERES: Thereza Menezes, Ana Carla Bruno e Maria Helena Ortholan Matos

16. Núcleo de Cultura Política do Amazonas – NCPAM
(<http://www.ncpam.com.br/>)

LÍDERES: José Ademir Ramos e Arnóbio Alvez Bezerra

18. LEPAPIS - Laboratório de Estudos Panamazônico - Pesquisa e Intervenção Social

LÍDERES: José Exequiel Basini Rodriguez e Raimundo Nonato Pereira da Silva

19. LARGOV – Laboratório de Análise de Redes, Políticas Públicas e Governança

LÍDERES: Tiago da Silva Jacaúna e Paulo Berti

20. Laboratório Ciências Sociais e interdisciplinaridade na Amazônia

LÍDER: Marilene Corrêa da Silva Freitas

21. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA

LÍDER: Alfredo Wagner Berno de Almeida

2.3.7 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Assim como as atividades de pesquisa, as de extensão ocupam lugar central na formação do cientista social, é através destas atividades que o estudante pode entrar em contato mais próximo com os temas discutidos em sala de aula e atuar na proposição para solução de problemas e impactar a sociedade que o circunda. Diante disso, as atividades de extensão podem ser aproveitadas para compor a carga horária exigida pelo curso conforme a Resolução 021/2007 – CONSEPE da Universidade Federal do Amazonas.

2.3.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, desde sua grade curricular de 1992, exige de seus discentes concludentes a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para a obtenção do grau de bacharel (a) em Ciências Sociais. A partir do novo Projeto Curricular do Curso, duas disciplinas, *TCC I* e *TCC II*, ambas com carga horária de 165 horas semestrais e ofertadas em sequência, uma no sétimo e outro

no oitavo período, são especialmente estruturadas com o intuito de viabilizar e otimizar a execução desse trabalho de pesquisa de final de curso.

Com o objetivo de criar os devidos mecanismos didáticos e pedagógicos para viabilizar a feitura dos trabalhos monográficos por parte dos discentes, normas e regramentos foram elaborados para ambas as disciplinas conforme o **Anexo E**.

2.3.9 MODOS DA INTEGRALIZAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Como mencionado anteriormente, os docentes que atuam no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais atuam em diversos programas de pós-graduação na universidade, permitindo, no interior dos seus grupos e projetos de pesquisa, a integração entre os diversos níveis de graduação.

Este forte vínculo entre graduação e pós-graduação permite o envolvimento ainda cedo dos alunos e alunas do curso na produção do conhecimento científico, permitindo o desenvolvimento do/a cientista social e a possibilidade de continuidade dos estudos em níveis mais avançados (atendendo a Lei nº 9.394/96). Assim, incentivam-se docentes e discentes a desenvolverem atividades de pesquisa nos grupos, núcleos e laboratórios, integrando estudantes de vários níveis de formação, realidade que aparece fortemente no horizonte de quem faz o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFAM.

2.3.10 SERVIÇOS DE APOIO AO DISCENTE

a) PRÁTICA DE CAMPO

A prática de campo é uma ação pedagógica que permite ao aluno vivenciar a prática de diversas disciplinas e com isso reforçar os conhecimentos teóricos trabalhados em sala de aula, visando promover uma aprendizagem significativa desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes.

b) PIAP

O Programa Institucional de Bolsas de Apoio Pedagógico-PIAP desenvolve ações de caráter permanente com vistas a oferecer apoio a professores e estudantes dos cursos de graduação da UFAM. Tem como objetivos desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a conclusão de cursos por estudantes da UFAM, proporcionando-lhes suporte didático para que superem suas necessidades básicas de aprendizagem.

c) PROMES

O programa de mobilidade estudantil permite que os alunos realizem, temporariamente, disciplinas de seu curso de graduação em outra instituição federal de ensino superior.

d) PRIMES

O Programa Interinstitucional e Intercampi de Mobilidade Estudantil-PRIMES têm por objetivo operacionalizar a mobilidade de estudantes de graduação da UFAM e de outras Instituições de Ensino Superior - IES (exceto Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira - IFES, que possuem resolução própria) e a mobilidade de estudantes de graduação da UFAM entre seus *campi*.

e) MONITORIA

O Programa de Monitoria tem por objetivo iniciar discentes dos cursos de graduação nas diversas tarefas que compõem a docência de nível superior. Não constitui, no entanto, um programa de substituição do docente titular na sala de aula. As tarefas referidas poderão incluir a orientação acadêmica, a elaboração, aplicação e correção de exercícios escolares, a participação em experiências laboratoriais, entre outras.

f) PIBIC

Com a finalidade de proporcionar treinamento de iniciação científica aos alunos de graduação com vocação para pesquisa, visando sua futura inserção na pós-graduação, a UFAM oferece bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, e também bolsas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

g) JOVENS TALENTOS

O Programa Jovens Talentos para a Ciência tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos de iniciação científica a estudantes que ingressaram no primeiro semestre letivo nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. As bolsas terão duração de 12 meses, improrrogáveis. A expectativa é de que os bolsistas desse Programa estejam aptos após um ano a passarem para bolsas de Iniciação Científica, PIBID, PETs, Programa Ciência sem Fronteiras ou outros de iniciativa da instituição

h) **PACE**

O Programa Atividade Curriculares de Extensão – ACEs da Universidade Federal do Amazonas permite que os alunos realizem ações pedagógicas na comunidade contribuindo para a formação deste futuro profissional.

i) **PECTEC**

O Programa de apoio à participação de discentes de graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais - PECTEC, objetiva incentivar os discentes de graduação da UFAM a participarem de eventos científicos, facilitando, assim, sua integração com outras IES brasileiras e incentivando a produção científica.

j) **BOLSA TRABALHO**

Com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável.

2.3.11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

a) **Coordenador:**

O coordenador do Curso deverá possuir titulação mínima de Mestre, dedicação exclusiva e, ao menos, 3 anos de exercício da profissão na instituição.

São atribuições do coordenador:

- Coordenação de Curso (Apoio a Gestão);
- Presidir o Colegiado do Curso;
- Coordenar o Núcleo Docente Estruturante do Curso;

- Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades pedagógicas do curso;
- Coordenar a organização e operacionalização do Curso, componentes curriculares, turmas e professores para o período letivo;
- Zelar pela aplicação dos princípios do Projeto Político-Pedagógico e normas da Organização Didática;
- Realizar o acompanhamento pedagógico dos estudantes no processo ensino-aprendizagem no que concerne à avaliação de rendimentos, avaliação do desempenho docente e avaliação do curso envolvendo docentes e estudantes;
- Realizar reuniões sistemáticas junto ao grupo de docentes do curso;
- Coordenar as atividades de discussão e revisão do projeto pedagógico do curso;
- Supervisionar a execução do projeto pedagógico do curso;
- Acompanhar o processo de avaliação utilizado pelos professores em consonância com o projeto pedagógico do curso;
- Incentivar o desenvolvimento projetos de pesquisas e extensão;
- Participar das reuniões dos colegiados, conselhos e grupos relacionados ao curso;
- Fazer circular informações oficiais e de eventos relativos ao curso de forma clara, objetiva e respeitosa, entre os interessados;
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes do curso;
- Efetuar levantamento, organizar e encaminhar demanda de vagas para o curso;
- Colaborar na elaboração de material de divulgação relacionado ao curso;
- Participar de todas as solenidades oficiais ligadas ao curso, tais como formaturas, aulas inaugurais, reuniões de recepção de novos estudantes e/ou eventos da área que necessitem a presença do coordenador;
- Coordenar a elaboração de processos de autorização de funcionamento e (renovação de) reconhecimento do curso;

- Articular a realização da Avaliação das Condições de Ensino e Avaliação Institucional no âmbito do Curso;
- Assinar documentos relativos à vida acadêmica dos estudantes no âmbito do Curso;
- Potencializar a criação/desenvolvimento de núcleos de pesquisa no âmbito do Curso;
- Articular o planejamento de eventos técnico-científicos, culturais e desportivos promovidos pelo Curso;
- Coordenar o planejamento e a execução da programação de aulas/pesquisa de campo e outras atividades relacionados do Curso.

Carga horária (20h)

b) **Docentes:**

Quadro de Titulação do corpo docente do curso.

Nº	Nome	Qualificação	Regime de Trabalho
01	Almir Oliveira de Menezes	Especialista	Dedicação Exclusiva
02	Antonio Carlos Witkoski	Doutor	Dedicação Exclusiva
03	Antonio Pereira de Oliveira	Mestre	Dedicação Exclusiva
04	Arnóbio Alves Bezerra	Mestre	Dedicação Exclusiva
05	Benedito José de Carvalho Filho	Doutor	Dedicação Exclusiva
06	Davyd Spencer Ribeiro de Souza	Mestre	Dedicação Exclusiva
07	Fábio Magalhães Candotti	Doutor	Dedicação Exclusiva
08	Gilson Pinto Gil	Doutor	Dedicação Exclusiva
09	José Ademir Gomes Ramos	Especialista	Dedicação Exclusiva
10	Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt	Doutora	Dedicação Exclusiva

Quadro de Titulação do corpo docente do curso (Cont.)

Nº	Nome	Qualificação	Regime de Trabalho
11	Luiz Antonio Nascimento de Souza	Mestre	Dedicação Exclusiva
12	Luiz Fernando de Souza Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
13	Marco Aurélio Coelho de Paiva	Doutor	Dedicação Exclusiva
14	Mariana Vieira Galuch	Mestre	Dedicação Exclusiva
15	Marilene Corrêa da Silva Freitas	Doutora	Dedicação Exclusiva
16	Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho	Doutor	Dedicação Exclusiva
17	Odenei de Souza Ribeiro	Doutor	Dedicação Exclusiva
18	Tiago da Silva Jacaúna	Doutor	Dedicação Exclusiva
19	Carlos Dias Machado	Doutor	Dedicação Exclusiva
20	Deise Lucy Montardo	Doutora	Dedicação Exclusiva
21	Gilton Mendes dos Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
22	Fátima Weiss	Doutora	Dedicação Exclusiva
23	Frantomé Bezerra Pacheco	Doutor	Dedicação Exclusiva
24	Lino João Neves	Doutor	Dedicação Exclusiva
25	José Exequiel Basini Rodrigues	Doutor	Dedicação Exclusiva
26	Márcia Regina Calderipe Rufino	Doutora	Dedicação Exclusiva
27	Maria Helena Ortolan	Doutora	Dedicação Exclusiva
28	Raimundo Nonato da Silva Pereira	Doutor	Dedicação Exclusiva
29	Raquel Wiguess	Doutora	Dedicação Exclusiva
30	Sérgio Ivan Gil Braga	Doutor	Dedicação Exclusiva
31	Sidney Antonio da Silva	Doutor	Dedicação Exclusiva

c) **Corpo técnico-administrativo****Quadro do Corpo Técnico-Administrativo do curso**

Nº	Nome	Qualificação	Regime de Trabalho
01	Denise Rosa Souza	Especialista	40h
02	Marluce Lima de Carvalho	Mestre	40h
03	Kalyson Alfredo Novo de Macedo	Ensino Médio	40h
04	Franceane Corrêa	Especialista	40h

2.3.12 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO E DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Estatuto da UFAM, em seu Art. 32, estabelece que a Coordenação didática de cada Curso de Graduação fica a cargo de um Colegiado de Curso, cuja organização e atribuições são objeto do Regimento Geral (Art. 45). Cada Colegiado de Curso funcionará sob a presidência de um coordenador, com mandato de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição consecutiva.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais será composto por representantes de todos os departamentos/coordenações acadêmicas que oferecem disciplinas para o Curso, obedecendo a proporção de disciplinas oferecidas. Além destes, o colegiado garante a representação discente e representação dos técnicos administrativos em educação. Os departamentos de Ciências Sociais e Antropologia são os que mais possuem disciplinas na matriz curricular do curso, por isso terão maior representação no Colegiado, sendo 4 (quatro) representantes de cada departamento e 1 (um) representante dos demais departamentos/coordenações acadêmicas. O corpo discente poderá ter 4 (quatro) representantes e os técnicos administrativos em educação terão 1 (um) representante.

Já o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante seguirá a Resolução nº 062, de 30 de setembro de 2011, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAM, atentando para os seguintes artigos:

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação é uma instância consultiva, constituída por professores do próprio curso com atribuições acadêmicas de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

Art. 3º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I) Contribuir para a consolidação do perfil do egresso dos cursos de graduação;
- II) Zelar pela observância da aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- III) Observar, contribuir e acompanhar a implantação, o desenvolvimento, avaliação e reestruturação do projeto pedagógico;
- IV) Propor formas de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão articuladas às necessidades da graduação e à área de conhecimento do curso;

Parágrafo Único – As proposições do NDE serão submetidas à apreciação do colegiado do curso.

Art. 4º - O Núcleo Docente Estruturante deverá ser composto pelo coordenador do curso e por no mínimo 5 (cinco) professores efetivos do curso, com dedicação exclusiva à Universidade Federal do Amazonas.

Art. 5º - O Núcleo docente Estruturante será constituído de:

- I) 01 (um) presidente, com graduação no curso;
- II) Pelo menos 05 (cinco) membros sendo que destes 60% (sessenta por cento) devem ser professores com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu e que tenham graduação na área de conhecimento do curso.
 - a) Os membros do NDE serão indicados pelo Colegiado do Curso.
 - b) O presidente do NDE será o Coordenador do Curso.

Art. 6º - O NDE reunir-se-á uma vez por semestre, preferencialmente no início do semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Art. 7º - Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- I) Convocar e presidir as reuniões;

- II) Representar o Núcleo Docente Estruturante junto aos órgãos institucionais;
- III) Encaminhar propostas e sugestões do Núcleo ao Colegiado do Curso, para deliberações.
- IV) Coordenar e integrar as ações do Núcleo Docente Estruturante aos demais colegiados e instâncias institucionais.

Art. 8º - Os mandatos dos integrantes do Núcleo a exemplo do Coordenador do Colegiado de Curso, serão de 2 (dois) anos, podendo cada membro ser reconduzido por dois mandatos.

2.4 Infraestrutura

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

2.4.1 ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL E USO DA ÁREA FÍSICA DO CAMPUS

a) Bloco Administrativo do Departamento de Ciências Sociais - DCIS

- 7 gabinetes de trabalho para docentes que atuam em tempo integral
- 1 espaço de trabalho para coordenação do curso
- 1 Copa
- 2 Instalações Sanitárias (Banheiro Feminino e Banheiro Masculino)

b) Bloco Administrativo do Departamento de Antropologia – DAN

- 9 gabinetes de trabalho para docentes que atuam em tempo integral
- 1 espaço de trabalho para coordenação do curso
- 1 Copa
- 2 Instalações Sanitárias (Banheiro Feminino e Banheiro Masculino)
- 1 Sala de Reunião e de conferência

c) Programa de Pós-Graduação em Sociologia

1 sala para secretaria e coordenação do Programa

1 sala de reunião

1 sala de aula

d) Programa de Pós-Graduação em Antropologia

1 copa

2 salas de reunião

1 sala de secretaria

1 sala de coordenação

1 sala de aula

e) Bloco da sala de aula da graduação

6 Salas de aula

2 Instalações Sanitárias (Banheiro Feminino e Banheiro Masculino)

f) Auditórios

2 Auditórios

g) Instalação Acadêmica

Sala do Centro Acadêmico

2.4.2 SALAS DE AULA

O curso ocupa 5 (cinco) salas de aula no pavilhão Milton Corrêa Pereira com capacidade de 60 (sessenta) discente cada uma. As salas são amplas e refrigeradas permitindo um ambiente adequado para o processo de ensino e aprendizagem.

2.4.3 BIBLIOTECA

Biblioteca Setor Norte. Horário de funcionamento: 8h às 20h. Disponibiliza as principais referências do curso de Ciências Sociais, nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, também disponibiliza exemplares de outras áreas nas humanidades. Além disso, a comunidade universitária pode realizar diversos cursos oferecidos pelo sistema de bibliotecas da UFAM.

Além da Biblioteca do Setor Norte, o curso conta com biblioteca específica localizada no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS, podendo encontrar livros das áreas de conhecimento, as publicações de professores e alunos egressos.

2.4.4 LABORATÓRIOS E NÚCLEOS DE PESQUISA

a) NEPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais)

1 sala para reuniões e estudos

Acervo de Livros

b) LEPAPIS (Laboratório de Estudos Panamazônicos - Práticas de Pesquisa e Intervenção Social)

Local destinado à prática da pesquisa dos docentes e discentes que compõe o núcleo. Também utilizado para reuniões e orientações acadêmicas.

Horário de funcionamento: 8h às 17h

Acervos de Livros

3 Computadores

c) Laboratório Ciências Sociais e interdisciplinaridade na Amazônia

1 sala para a secretaria,

1 sala para a coordenação

1 laboratório para pesquisa, com mobílias adequadas e internet a cabo e rede wifi.

d) Projeto Brasil Plural

1 sala

e) NEAI (Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena)

2 salas - uma de reunião e outra para estudos

1 Biblioteca - os títulos estão relacionados a Antropologia e a produção local do NEAI.

Computadores para os pesquisadores do núcleo.

3. APENDICES

ANEXO A – ATOS DE CRIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Criação do curso

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

RESOLUÇÃO Nº 012/87

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA, usando de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO que o Chefe do Departamento de Ciências Sociais submeteu à apreciação do Conselho proposta de criação do curso de Ciências Sociais;

CONSIDERANDO, finalmente, o que decidiu o Conselho de Ensino e Pesquisa, em reunião desta data, por maioria de votos.

R E S O L V E:

APROVAR o plano de criação do curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) vagas, na forma do disposto no inciso III do art. 11 do Estatuto da Universidade, submetendo-o à consideração do Egrégio Conselho Universitário, conforme estabelece o art. 12, Parágrafo Único, inciso V, do referido Estatuto.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de agosto de 1987.


Roberto dos Santos Vieira
Presidente

Homologação da criação do curso

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 021/87

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições estatutárias e

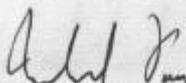
CONSIDERANDO que o Magnífico Reitor submeteu à homologação deste Egrégio Conselho a Resolução nº 012/87, do Conselho de Ensino e Pesquisa, de 26 de agosto de 1987, que aprovou a criação do Curso de Ciências Sociais, para inclusão a partir do Concurso Vestibular de 1988, no elenco de opções listadas sob a área de Ciências Humanas;

CONSIDERANDO o que decidiu este Conselho, por maioria de votos, em reunião desta data,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR a Resolução nº 012/87, do Conselho de Ensino e Pesquisa, de 26 de agosto de 1987, que aprovou a criação do CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, para inclusão a partir do Concurso Vestibular de 1988, com 40 (quarenta) vagas iniciais.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de agosto de 1987.



Roberto dos Santos Vieira
Presidente

FUA - 07

ANEXO B – BASE LEGAL DA MATRIZ CURRICULAR

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

Silke Weber DCN eds

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Silke Weber e Vilma 0126 ada

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 17, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura livre;
- d) os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre;
- e) os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- f) a estrutura do curso;
- g) o formato dos estágios;
- h) as características das atividades complementares;
- i) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 17/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 27/09/2004


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Universidade Federal de Santa Maria		UF: RS
ASSUNTO: Solicitação de parecer formal do CNE, por parte de conselheiro especialista, quanto à obrigatoriedade de estágio para o bacharelado em Ciências Sociais		
RELATOR: Edson de Oliveira Nunes		
PROCESSO N°: 23001.000086/2004-06		
PARECER N°: CNE/CES 224/2004	COLEGIADO: CES	aprovado em: 4/8/2004

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de solicitação da coordenadora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) de parecer deste Conselho quanto à obrigatoriedade ou não de estágio para bacharelado em Ciências Sociais, tendo em vista impasse estabelecido entre os professores e a Pró-Reitoria de Graduação da UFSM.

Do Parecer CNE/CES nº 492/01, homologado em 9/7/2001, referente às diretrizes curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, transcrevemos os seguintes itens:

“4. Conteúdos curriculares – o currículo será organizado em torno de três eixos: formação específica, formação complementar e formação livre.

.....

O colegiado do curso deve definir a proporcionalidade de cada eixo na totalidade do currículo.

.....

5. Estruturação do curso – os cursos devem incluir no projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriada.

.....

6. Estágios e atividades complementares, que ‘devem integralizar a estrutura curricular (com atribuições de créditos), e atividades acadêmicas autorizadas pelo colegiado, tais como estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, seminários extraclasse, empresa júnior, projetos de extensão’.” (Grifo nosso)

Edson Nunes 0086 Eds

ANEXO C – QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

Sigla	Disciplina (currículo 2018)	Sigla	Disciplina (currículo 2010)
IHSXXX	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	IHS300	ANTROPOLOGIA I
IHSXXX	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	IHS011	SOCIOLOGIA I
FETXXX	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	IHS350	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
IHSXXX	POLÍTICA I	IHS360	CIENCIA POLITICA I
IHHXXX	HISTÓRIA DO BRASIL	IHH140	HISTORIA ECON.POL.SOCIAL DO BRASIL
IHSXXX	POLÍTICA II	IHS361	CIENCIA POLITICA II
IHSXXX	POLÍTICA III	IHS362	POLITICA BRASILEIRA
FAEXXX	ECONOMIA POLÍTICA	FAE151	HISTORIA DO PENSAMENTO ECONOMICO I
IHSXXX	TEORIA SOCIOLÓGICA IV	IHS374	SOCIOLOGIA CONTEMPORANEA
IHSXXX	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	IHS365	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I
		IHS366	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II
IHSXXX	TCC I	IHS400	SEMINARIO DE PESQUISA
IHSXXX	TCC II	IHS400	SEMINARIO DE PESQUISA

ANEXO D – QUADRO DE TRANSIÇÃO CURRICULAR

ANO	SEM	CURRÍCULO ANTIGO PERÍODOS	CURRÍCULO 2018 PERÍODOS
2019	1º	3º 5º 7º	1º
	2º	4º 6º 8º	2º
2020	1º	5º 7º 9º	1º 3º
	2º	6º 8º	2º 4º
2021	1	7º	1º 3º 5º
	2º	8º	2º 4º 6º

ANEXO E - NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DA NATUREZA DAS DISCIPLINAS

Artigo 1º - Trabalho de Conclusão de Curso I (*TCC I*) e Trabalho de Conclusão de Curso II (*TCC II*) são disciplinas de 7 (sete) créditos cada uma, com carga horária de 165 horas semestrais (10 horas e 30 minutos semanais, sendo 3 horas de aulas teóricas e 7h30min de aulas práticas).

Artigo 2º - *TCC I* e *TCC II* são disciplinas complementares alocadas no 7º e 8º períodos, respectivamente, tendo a disciplina *TCC I* como pré-requisito todas as disciplinas obrigatórias requeridas pela grade curricular.

Artigo 3º - A aprovação do discente está sujeita, como nas demais disciplinas, ao cumprimento mínimo de 75% da frequência às aulas teóricas, ao cumprimento do programa de atividades semanais da orientação e à avaliação de defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 4º - Sendo disciplinas de final de curso de bacharelado, o discente deve demonstrar nível de conhecimento alcançado/adquirido no conjunto das disciplinas de formação profissional, principalmente por meio das orientações teóricas e práticas oferecidas pelas disciplinas *Métodos e Técnicas de Pesquisa* e *Laboratório de Pesquisa em Sociologia*, *Laboratório de Pesquisa em Ciência Política* e *Laboratório de Pesquisa em Antropologia*.

Artigo 5º - A pesquisa deve ser elaborada na forma de MONOGRAFIA e ser apresentada e defendida publicamente perante uma banca julgadora constituída pelo professor orientador e mais dois membros escolhidos de comum acordo entre o orientador, o orientando e o coordenador da disciplina *TCC II*. Cabe ao orientador o

juízo e decisão do encaminhamento ou não do orientando ao processo final de defesa pública, a depender do trabalho realizado.

Artigo 6º - Constituem objetivos das disciplinas *TCC I* e *TCC II*:

- I. Contribuir metodologicamente para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- II. Subsidiar, por meio da discussão de textos, os campos temáticos dos diferentes TCC's;
- III. Preparar metodologicamente os alunos para a apresentação e defesa pública de seus TCC's;

Artigo 7º - A Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, juntamente com o professor-coordenador da disciplina *TCC I*, deverá realizar, ainda na primeira semana de cada período letivo em que se oferece a disciplina, reunião com os alunos matriculados com o objetivo de estabelecer as escolhas definitivas dos orientadores, assim como conhecer os critérios de avaliação a serem seguidos e as normas que regem a disciplina.

CAPÍTULO 2 DA ORIENTAÇÃO DA PESQUISA

Artigo 8º - Todos os professores do Departamento de Antropologia e do Departamento de Ciências Sociais poderão exercer a função de orientadores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, independentemente de titulação ou regime de trabalho, assim como as preferências de áreas temáticas.

Parágrafo Único - Será permitida a coorientação por professores de outros departamentos ou unidades acadêmicas da UFAM ou por pessoas de fora da instituição, desde que conhecedoras do tema em estudo.

Artigo 9º - Compete ao Professor Orientador:

I - Definir, com o orientando, o tema da pesquisa, o cronograma a ser seguido e os processos de condução da orientação, obrigatoriamente com reuniões semanais entre ambos;

- II - Entregar ao coordenador da disciplina *TCC I* o projeto de seus orientandos até um mês após a data da reunião inicial do semestre;
- III - Encaminhar ao coordenador da disciplina *TCC I* a relação de alunos orientandos com os respectivos horários semanais de atendimento;
- IV - Lançar e conferir frequência semanal de 8 (oito) horas do orientando, encaminhando controle de frequência para a coordenação das disciplinas *TCC I* e *TCC II*;
- V - Participar de reuniões com a coordenação das disciplinas *TCC I* e *TCC II* sempre que for convidado;
- VI - Comunicar ao coordenador das disciplinas *TCC I* e *TCC II* qualquer falha ou dificuldade (teórica, operacional ou ética) do orientando que implique em prejuízo para a conclusão do curso;
- VII - Tornar-se corresponsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso em elaboração pelo aluno e encaminhar à coordenação da disciplina *TCC II* a monografia concluída pelo aluno no prazo de entrega estabelecido;

Artigo 10º - Compete ao Orientando:

- I - Participar semanalmente das aulas teóricas das disciplinas e comparecer às reuniões de orientação estabelecidas em calendário com o professor orientador;
- II - Definir e redefinir com o orientador o projeto de seu trabalho e marcar a data para a entrega do projeto de pesquisa definitivo, data esta que não deve ultrapassar 20 (vinte) dias, a contar do primeiro dia de aula do período letivo de *TCC I*;
- III - Notificar, por escrito ou verbalmente, a coordenação das disciplinas *TCC I* e *TCC II*, ou a Coordenação do Curso de Ciências Sociais, quando for o caso, problemas ou irregularidades que eventualmente ocorram em seu relacionamento com o orientador, acarretando prejuízos para a conclusão do curso;
- IV - O não cumprimento do horário estabelecido para a orientação durante os dias estipulados pelo orientador implicará 8 (oito) horas/aula de faltas, correspondentes à carga horária semanal de cada disciplina;

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DAS DISCIPLINAS *TCC I* E *TCC II*

Artigo 11º - Os professores responsáveis pelas disciplinas coordenarão as relações entre orientador e orientando, buscando contribuir para a realização da pesquisa e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 12º - Compete ao coordenador das disciplinas *TCC I* e *TCC II*:

I - Ministras aulas teóricas conforme ementa e conteúdo programático das disciplinas;

II - Em *TCC I*, receber, por intermédio do orientador, o projeto de pesquisa definitivo de cada orientando até um mês do início do semestre letivo;

III - Receber e anotar as frequências dos alunos encaminhadas pelos orientadores;

IV - Coorientar, quando for o caso, a redação da monografia dos alunos;

V - Em *TCC II*, elaborar o cronograma de datas de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

VI - Em *TCC II*, organizar, em comum acordo com os orientadores, a composição da banca de defesa e responsabilizar-se pela efetiva realização da mesma;

VII - Resolver, com a Coordenação do Curso de Ciências Sociais, quando for o caso, problemas de relacionamento entre orientador e orientando, recebendo de ambos notificação sobre o caso a fim de evitar prejuízos nas disciplinas.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS *TCC I* E *TCC II*

Artigo 13º - As disciplinas *TCC I* e *TCC II* não terão notas parciais de avaliação, apenas nota final.

§ 1º - O ato de avaliação será atribuição e responsabilidade da coordenação da disciplina em *TCC I* e da Banca Examinadora em *TCC II*;

§ 2º - Em *TCC I* o objeto de avaliação será o projeto de pesquisa.

§ 3º - Em *TCC II* a nota será atribuída pela Banca Examinadora de defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo 14º - A Banca Examinadora será designada pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais, levando em consideração as sugestões de nomes indicados pela coordenação da disciplina e em comum acordo com o professor orientador e orientando.

Artigo 15º - A Banca Examinadora poderá ser constituída por um professor externo aos Departamentos de Ciências Sociais e Antropologia, ou por um estudioso do tema não pertencente à Universidade Federal do Amazonas, embora um de seus membros deva, necessariamente, ser professor ou do Departamento de Ciências Sociais ou do Departamento de Antropologia, independentemente do regime de trabalho ou titulação.

Parágrafo Único - Quando houver coorientação, por questões éticas, é proibida a participação do coorientador (a) na Banca Examinadora;

Artigo 16º - Os membros da Banca Examinadora devem, necessariamente, ter vínculos empregatícios com instituições de ensino e/ou pesquisa.

Parágrafo Único - É vedada a participação de mestrandos ou doutorandos de quais quer programas de pós-graduação da UFAM ou de outra instituição.

Artigo 17º - Na data marcada para o exame – que é público – a Banca Examinadora, na presença do discente, deverá avaliar:

- I – O conteúdo do trabalho escrito em julgamento;
- II – A correção da argumentação do aluno em exame;
- III – O valor científico do trabalho em julgamento;

§ 1º - Ao final da avaliação, a Banca Examinadora deverá atribuir nota de zero a dez, nota esta que constará no Boletim de Notas e Faltas como Média Final;

§ 2º - O professor-orientador, e presidente da Banca Examinadora, não deverá atribuir nota maior que a média das notas dos membros da banca;

Artigo 18º - O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue à coordenação da disciplina *TCC II* impresso em 3 (três) vias até 7 (sete) dias antes da data marcada para a defesa a fim de que ocorra a sua distribuição entre os membros da Banca Examinadora.

Parágrafo Único - Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ter um número de páginas pertinentes à natureza do tema em estudo, seguir um padrão de formatação previamente estabelecido pela coordenação da disciplina *TCC II* e apresentar um resumo obrigatório para facilitar o conhecimento do seu conteúdo.

Artigo 19º - O Relatório final de qualquer das atividades institucionais: PIBIC, PET, MONITORIA, Programas e Projetos de Extensão e Pesquisa, e Estágio não obrigatório, vinculados ao Ensino de Graduação e à matriz curricular do curso em que o aluno se encontra matriculado, se convertido em Artigo e publicado em veículo de comunicação da área que apresente corpo editorial, poderá ser considerado equivalente, para fins de Aproveitamento de Estudos, ao Trabalho Final de Curso de graduação e, portanto, às disciplinas de TCC I e TCC II.

ANEXO F - NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC

As atividades complementares se expressam conforme as diretrizes curriculares do Curso de Ciências Sociais, o parecer CNE/CES 492/2001 e a Resolução 018/2007 que regulamenta as referidas atividades dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Os discentes deverão cumprir 180 (cento e oitenta) horas, distribuídas ao longo dos semestres letivos, considerando-se os seguintes critérios definidos no Colegiado de seu Curso:

ENSINO		
Atividade/Disciplina	Carga Horária Máxima	Documento Comprobatório
Monitoria.	60h	Certificado
Participação em grupo de estudo para aprofundamento de temas específicos, com orientação e acompanhamento por parte de docentes e pós-graduandos.	30h	Declaração
Cursos diversos	20h	Certificado
PESQUISA		
Atividade/Disciplina	Carga Horária Máxima	Documento Comprobatório
Participação em projeto de pesquisa.	30h	Declaração
PIBIC	60h	Relatório
Participação em congressos, seminários, colóquios, conferência, jornada, fórum, oficinas, cursos, minicursos, ciclos de palestras.	20h	Certificado
Publicação de resumos em anais de eventos técnico-científicos.	10h	Anais
Publicação de artigos em revistas com corpo editorial.	40h	Artigo Publicado
Autoria ou coautoria de capítulo de livro.	30h	Ficha Catalográfica
Autoria ou coautoria de cadernos, apostilas.	20h	Ficha Catalográfica

EXTENSÃO		
Atividade/Disciplina	Carga Horária Máxima	Documento Comprobatório
Participação em projetos de extensão, de assistência e/ou atendimento à comunidade.	60h	Certificado
Realização de estágio não-obrigatório na área de ciências sociais.	60h	Declaração
Ministrante de curso	20h	Declaração
ATIVIDADES DIVERSAS DE APOIO		
Atividade/Disciplina	Carga Horária Máxima	Documento Comprobatório
Participação em organização de eventos.	20h	Declaração
Participação em coordenação de mesas.		

PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO E PARA O CÔMPUTO DAS HORAS RELATIVAS ÀS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Para o registro das atividades, cada aluno/a deverá preencher um formulário de pedido de cômputo de horas de atividades acadêmico-científico-culturais que estará disponível na Coordenação Acadêmica, descrevendo as atividades efetivamente desenvolvidas no período para serem validadas pelo coordenador do curso. O prazo final é até 15 dias antes do término de aulas do semestre acadêmico. Os comprovantes (cópias de certificados, relatórios ou declarações) deverão ser entregues à Secretaria da Coordenação do Curso, onde ficarão arquivados em pastas individuais. Não serão aceitos pedidos fora do prazo. O número máximo de horas computáveis será de 60 horas por semestre.

AVALIAÇÃO

O coordenador do curso analisará o material entregue e validará a atividade, indicando o número de horas válidas de acordo com os critérios apresentados por esta normatização.

ANEXO G – ATAS

Ata de aprovação e encaminhamento do PPC pelo NDE



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
5 Coordenação do Curso de Ciências Sociais
6 Núcleo Docente Estruturante



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2017.

1 Às quatorze horas e trinta minutos, do dia 20 de outubro do ano de dois mil e dezessete, no
2 Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - NEPS, teve início a reunião ordinária do Núcleo
3 Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais, com os seguintes membros **Docentes**:
4 Tiago da Silva Jacuína, Fábio Magalhães Candotti, Fátima Weiss de Jesus, Marco Aurélio
5 Coelho de Paiva e Carlos Machado Dias. A pauta da reunião: 1. Informes; 2. Apreciar e
6 encaminhar para o Colegiado do Curso de Ciências Sociais o texto final do PPC. **Pauta 1:**
7 Informes: O professor Tiago Jacuína informou que em 30 de novembro deste ano haverá a
8 reunião do Conselho de Pesquisa e Graduação da instituição onde, se espera, o novo PPC
9 poderá ser posto em votação. **Pauta 2:** Apreciar e encaminhar para o Colegiado do Curso de
10 Ciências Sociais o texto final do PPC. O professor Tiago Jacuína apresentou o texto final do
11 PPC e todas as propostas contidas. Os membros do NDE apreciaram, aprovaram e
12 encaminharam ao Colegiado o texto final. Nada mais havendo a tratar, o Prof. Tiago da Silva
13 Jacuína, Presidente do NDE deu por encerrada a reunião e lavrou a ata que segue assinada.

14 Tiago da Silva Jacuína _____
15 Fábio Magalhães Candotti _____
16 Fátima Weiss de Jesus _____
17 Marco Aurélio Coelho de Paiva _____
18 Carlos Machado Dias _____

Ata de Aprovação do PPC no Colegiado.

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Ciências Sociais



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Às quatorze horas e trinta minutos, do dia 07 de novembro do ano de dois mil e dezessete, no Auditório Rio Solimões do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS, teve início a reunião ordinária do Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, com os seguintes membros **Docentes**: Tiago da Silva Jacuína, Fabio Magalhães Candoti, Fátima Weiss de Jesus, Antônio Pereira de Oliveira, Paula Santana. **Discentes**: Taynê Boas Andrade, Rafael Gomes de Glória e Ítalo Alves Nogueira Colares. A pauta da reunião: 1. Informes; 2. Apreciação e deliberação sobre novo Plano Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. **Pauta 1**: Informes; O professor Tiago Jacuína informou que em 30 de novembro deste ano haverá a reunião do Conselho de Pesquisa e Graduação da instituição onde o novo PPC poderá ser posto em votação. **Pauta 2**: Apreciação e deliberação do novo Plano Pedagógico de Curso. O professor Tiago Jacuína começou lembrando que o curso ainda não possui um PPC e que o processo de construção do PPC foi iniciado há quase dois anos, com uma série de reuniões do Núcleo Docente Estruturante e deste Colegiado e, ainda, outras reuniões com departamentos, além de longo período para envio para sugestões. O professor também relembra que esse processo retomou e aproveitou discussão realizada em 2010 no Seminário do Curso Ciências Sociais. No novo PPC, segundo o professor Tiago encontra-se uma longa apresentação do curso e inclui a listagem de grupos, laboratórios e núcleos de pesquisa, além de regulamentar uma série de atividades ainda não estão regulamentadas conforme diretrizes da UFAM e das diretrizes federais. O professor ainda referiu-se ao protocolo de compromisso estabelecido com o MEC, para atividades ao longo de 2017 voltadas ao melhoramento da situação do curso; sobre isso citou por exemplo o incentivo à iniciação científica, mas deu atenção especial ao compromisso de aprovar um novo PPC. Por fim, com isso, o professor Tiago Jacuína justificou a possibilidade de aprovação da versão final do PPC mesmo com baixa participação de docentes e discentes na presente reunião. A professora Fátima Weiss sugeriu anexar atas das reuniões anteriores a esta ata para demonstrar a existência de todo o processo de discussão. O professor Tiago explicou o quadro de equivalência de disciplinas entre a grade curricular vigente e a nova grade proposta, no qual estudantes até o quarto período irão migrar para a nova grade. O discente Rafael Gomes da Glória questionou como ficam os alunos que não completaram todas as disciplinas desses quatro períodos. O professor Tiago respondeu que o quadro foi elaborado de modo que os estudantes que migrem não sejam prejudicados, com equivalência para todas as disciplinas dos quatro primeiros períodos e eliminação da grande maioria dos pré-requisitos. O professor também lembrou que o PPC também prevê revisão após dois anos. O discente Rafael Gomes da Glória perguntou sobre a criação do curso de Licenciatura. O professor Tiago Jacuína relatou a história do fim da oferta do complemento em Licenciatura no início dos anos 2010. A professora Fátima Weiss argumentou que a Licenciatura é historicamente deixada de lado, como se não fosse um curso de formação intelectual, negligenciando a importância da formação pedagógica, inclusive para professores universitários, e também a necessidade de discentes se inserirem no mercado de trabalho. O discente Rafael relatou que estudantes estão buscando cursos privados de ensino à distância para se formarem como licenciados. A professora Fátima Weiss lembrou que, por força da intervenção do MEC no curso, o Colegiado está impedido de criar um novo curso e expandir vagas; ao mesmo tempo, disse que lhe parece

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Corado, Campus Universitário - Setor Norte
Bloco Administrativo nº 02 - Pórtula André Vidal de Araújo - CEP: 69077-000 - Manaus/AM
Telefones: (92) 3305-4595 / e-mail: dcsufam@hotmail.com



importante ter um PPC de Licenciatura em Ciências Sociais pronta para apresentar ao MEC quando da visita institucional. O professor Tiago Jacuína disse que o novo PPC do bacharelado, incluindo a grade curricular, foi pensado considerando também possíveis alterações com vistas a um novo PPC de licenciatura. Nesse sentido, o mesmo professor afirmou o compromisso da Coordenação do Curso com a elaboração e aprovação de um PPC de Licenciatura em Ciências Sociais antes da visita institucional do MEC. O estudante Ítalo Alves Nogueira Colares perguntou sobre a possibilidade de entrada comum de estudantes para cursos de licenciatura e bacharelado, com opção posterior. A professora Paola Santana informou que os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia possuem entradas diferentes e um tronco comum, mas que, no entanto, os discentes procuram meios de transferência de um curso para outro ou aproveitamento de disciplinas para completar os dois cursos. O discente Rafael Gomes questionou sobre a existência do estágio para estudantes, informando demanda de Secretaria do Estado do Amazonas. O professor Tiago Jacuína esclareceu que o estágio encontra-se incluído no PPC na forma de atividade extra-curricular e afirmou a existência de demanda também em instituições da sociedade civil. A professora Paola Santana informou que no curso de bacharelado em Geografia houve demanda do conselho regional profissional para obrigatoriedade do estágio. A professora Fátima Weiss defendeu a existência de estágio curricular não obrigatório, tal como existem disciplinas não obrigatórias. O professor Fabio Candotti propôs a criação de uma Comissão de Estágio junto à coordenação do curso para organizar demanda e articular vagas de estágio junto a instituições públicas e da sociedade civil. O colegiado acolheu a proposta e o coordenador do curso comprometeu-se em instituir esta nova comissão. Após sua discussão, a aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Prof. Tiago da Silva Jacuína, Coordenador do curso de Ciências Sociais deu por encerrada a reunião, da qual eu, Fabio Magalhães Candotti lavrei a presente ata que se segue assinada pelos presentes.

Tiago da Silva Jacuína _____

Fabio Magalhães Candotti _____

Fátima Weiss de Jesus _____

Antônio Pereira de Oliveira _____

Paola Santana _____

Tayná Boaes Andrade _____

Rafael Gomes de Glória _____

Ítalo Alves Nogueira Colares _____

Ata de Aprovação da nova Matriz Curricular no Colegiado


Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Departamento de Ciências Sociais


UFAM

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2017

1 No dia trinta de março de 2017, às treze horas e trinta minutos, em segunda convocação, teve
 2 início a reunião da Coordenação do Curso de Ciências Sociais, na Sala de Reuniões do Instituto
 3 de Ciências Humanas e Letras - ICHL, com os seguintes membros Docentes: Prof. Paulo Berti
 4 de A. Barros; Prof. Fábio Magalhães Candotti; Prof. Francinézio Amaral; Prof. Tiago da Silva
 5 Jacaúna; Prof. Davyd Spencer Ribeiro de Souza; Prof. Luiz Fernando de Souza Santos; Profa.
 6 Marilene Corrêa da Silva Freitas; Profa. Fátima Weiss de Jesus; Profa. Márcia Regina C.F.
 7 Rufino; Discentes: Erika Ferreira Florentino, Zâmora Farias Ferreira e Tayná Boaes Andrade.
 8 O Coordenado do Curso deu início à reunião dando as boas vindas aos presentes e prosseguiu
 9 para a votação da pauta ou alteração da mesma. Sendo a pauta aprovada por unanimidade.
 10 **Informes:** Prof. Tiago da Silva Jacaúna relata que o relatório de compromisso com o MEC e a
 11 reitoria está em fase de preenchimento e será entregue na sexta-feira, 31/3/2017. Prof. Davyd
 12 Spencer Ribeiro de Souza informou que na avaliação do curso de Licenciatura em Sociologia
 13 de São Gabriel da Cachoeira a nota geral atribuída pelo MEC foi 04 (quatro), indicando que o
 14 curso foi bem avaliado, mesmo que tenha apresentado limitações quanto aos equipamentos
 15 disponíveis aos alunos. Prof. Fábio Candotti perguntou sobre a compra de livros, sendo
 16 informado pelo Prof. Tiago Jacaúna que somente serão comprados livros de cursos que já
 17 possuem PPC, mas que poderemos fazer solicitações de livros, por disciplinas, o coordenador
 18 informou que irá obter melhores informações com a biblioteca. A aluna Kamilda questionou
 19 sobre a possibilidade de haver uma disciplina de Estágio na matriz curricular, sendo informada
 20 que no PPC está garantida como disciplina optativa e que o estágio obrigatório ainda será
 21 discutido em momento oportuno. **1) Discussão e deliberação da matriz curricular:** Prof.
 22 Tiago Jacaúna fez um resumo do que já foi aprovado nas reuniões anteriores sendo que o
 23 conteúdo do primeiro período já estava fechado, apresentando propostas disponíveis para os
 24 próximos períodos. Foi proposto, pelo coordenador, que a disciplina de Estatística Aplicada às
 25 Ciências Sociais fique no 3º período e a disciplina de Economia Política fique no 4º período. O
 26 Prof. Davyd Spencer e o Prof. Luiz Fernando defenderam a manutenção das disciplinas
 27 Sociologia no Brasil e Antropologia no Brasil como disciplinas do eixo obrigatório na matriz
 28 curricular. Prof. Fábio Candotti encaminhou que fosse votada a aprovação da proposta até o 4º
 29 período. Profa. Marilene indicou que as disciplinas de História do Brasil e Geografia Humana e
 30 Econômica podem virar optativas, dando lugar às disciplinas de Sociologia no Brasil e
 31 Antropologia no Brasil. Foi votado que as disciplinas de Sociologia no Brasil e Antropologia
 32 no Brasil não sejam obrigatórias, mas que seus conteúdos, além de disciplinas optativas,
 33 possam ser trabalhados nos laboratórios de pesquisa. A partir de então foi posto em regime de
 34 votação a proposta total do PPC, aprovado por unanimidade, sem ressalvas.
 35 O Prof. Tiago da Silva Jacaúna, Coordenador do Curso de Ciências Sociais deu por encerrada a
 36 presente reunião, da qual eu, Prof. Francinézio Amaral lavei a presente ata que se segue
 37 assinada pelos presentes:

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado, Campus Universitário – Setor Norte
 Bloco Administrativo n.º 02 – Pavilhão André Vidal de Araújo - CEP: 69077-000 – Manaus/AM
 Telefones: (92) 3305-4595 / e-mail: daeufam@hotmail.com